

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL  
E GESTÃO DE CIDADES

Marlúcia Junger Lumbreras

NOROESTE FLUMINENSE: DA ESTAGNAÇÃO A NOVAS OPORTUNIDADES?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Rosélia Piquet, D.Sc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
Outubro de 2008

Marlúcia Junger Lumbreras

NOROESTE FLUMINENSE: DA ESTAGNAÇÃO A NOVAS OPORTUNIDADES?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em 24 de outubro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Rosélia Piquet, D.Sc.  
(Universidade Candido Mendes – UCAM)

---

Prof. José Luis Vianna da Cruz, D. Sc.  
(Universidade Candido Mendes – UCAM)

---

Prof. Lia Hasenclever, D. Sc.  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
2008

*Dedico este trabalho aos meus pais, José e Alcéia, que me ensinaram as virtudes da fé e da paciência. E a minha filha, Ester por, involuntariamente, ter cedido o tempo que eu lhe dedicaria a esta pesquisa..*

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os Mestres que fizeram parte de minha história e contribuíram apontando caminhos e esclarecendo dúvidas. Especialmente à Prof.<sup>a</sup> Rosélia Piquet, minha orientadora que, sempre com carinho, objetividade e segurança guiou-me à conclusão do presente estudo.

## RESUMO

### NOROESTE FLUMINENSE: DA ESTAGNAÇÃO A NOVAS OPORTUNIDADES?

O atual debate em torno do desenvolvimento econômico apregoa que a escala local apresenta atributos suficientes para sua promoção. Contudo, a reflexão presente neste estudo pretende identificar algumas fragilidades do pensamento localista por meio da análise da utilização do planejamento como instrumento para a promoção do desenvolvimento. O objetivo da pesquisa é identificar limites e possibilidades de desenvolvimento da Região Noroeste Fluminense. Esta dissertação parte da análise da utilização do planejamento público como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e o arrefecimento de seu uso a partir da década de 1980. Discute as mudanças de paradigmas ocorridas no final do século XX, marcadas pelas reformas neoliberais, pela redução da participação do Estado na economia e pelo discurso de integração dos países chamados “emergentes” ao mercado global; e apresenta o fenômeno da globalização e a emergência das teorias baseadas no desenvolvimento local, consideradas por muitos como a saída para reverter o subdesenvolvimento. Foi realizada também uma pesquisa de dados secundários, em instituições públicas e privadas, com o intuito de identificar as oportunidades de reversão da estagnação econômica da região Noroeste Fluminense. Os resultados da pesquisa mostram que há divergências, entre a visão de cada instituição e que o quadro de estagnação, e conseqüente marginalização da região, só poderá ser revertido por meio de políticas públicas que busquem inseri-la na dinâmica produtiva nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento, Planejamento, Noroeste Fluminense.

## **ABSTRACT**

### **THE FLUMINENSE NORTHWEST: FROM STAGNATION TO NEW OPPORTUNITIES?**

The actual debate about economic up growth affirms that the local scale present enough attributes for its promotion. However, the reflection present in this study, intend to identify some local thinking fragilities beyond the analyses of planning utilization as an instrument to up growth promotion. The search's objective is to identify the limits and possibilities of progress in the Fluminense Northwest Region. This dissertation comes from the analysis of the public planning utilization as an instrument of the economic up growth promotion and the decrease of its use from the 80's decade. People discuss the paradigms changes occurred at the end of the twentieth century, marked by neoliberals reforms, and reduction of state's participation in economy and by the integration's discourse of the countries called "emergents" to the global market; and presents the globalization phenomenon and emergency theories based on local up growth considered by many people as a way to revert the undergrowth. A search of secondary data in public and private institutions was also done, with the intention to identify the opportunities to revert the economics' stagnation of the Fluminense Northwest Region. The search's results shows that there are divergences between each institutions' view and the stagnation's frame, consequently, the region's exclusion could only be changed, beyond public politics that try to insert it in the national productive dynamic.

Key-words: grown, planning, Fluminense Northwest.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual de distribuição do PIB entre as Regiões de Governo do RJ – 2004.....	50
Gráfico 2	Investimentos Previstos 2008/2010 .....	85
Gráfico 3	Investimento Previstos - por Região do Estado .....	86

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Estado do Rio de Janeiro – Regionalização para o Planejamento e para Ação Administrativa.....	30
Tabela 2 Municípios que compõem a Região Noroeste Fluminense: Pessoas residentes, Área, Densidade demográfica, Data de instalação dos Municípios ....	49
Tabela 3 Municípios que compõem a Região Noroeste Fluminense: Receitas Correntes - 2006 .....	51
Tabela 4 <i>Ranking</i> dos Municípios do Noroeste Fluminense no IQM – 1998/2005.	53
Tabela 5 Classificação dos Municípios do Noroeste Fluminense pela Análise Multicritério .....	54
Tabela 6 Principais Culturas no Noroeste Fluminense 1997/2001.....	55
Tabela 7 Efetivos de Rebanhos no Noroeste Fluminense 1997/2001.....	58
Tabela 8 Produção de Leite no Noroeste Fluminense 1997/2001.....	58
Tabela 9 População Residente nos Municípios da Região Noroeste Fluminense entre 1950 e2007 .....	61
Tabela 10 Estado do Rio de Janeiro: Proposta de Nova Regionalização .....	71
Tabela 11 Instituições e Cursos de Graduação presentes em Itaperuna (RJ) .....	72
Tabela 12 Matrículas na Educação Superior - Noroeste Fluminense – Ano 2004	73
Tabela 13 Vetor de Desenvolvimento Local: Peças Fundidas de Ferro e Aço de Santo Antônio de Pádua .....	75
Tabela 14 Embriões de Arranjo Produtivo: Artigos de Serralheria de Itaperuna e Madeira e Móveis de Santo Antônio de Pádua .....	75
Tabela 15 Características do APL de Rochas Ornamentais – Santo Antônio de Pádua.....	77
Tabela 16 Total de pessoas ocupadas na produção, por tipo de empresa, segundo período. Projeto APL de Rochas Ornamentais de Pádua, Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, 2004 a 2007 .....	78
Tabela 17 Participação da Produção Agropecuária dos Municípios do Noroeste Fluminense na composição do PIB regional - 2004 .....	79
Tabela 18 Características da Concentração de Atividades – Pecuária e Leite – Itaperuna (RJ) .....	80



Tabela 19 Características da Concentração de Atividades – Serviços Médicos – Itaperuna (RJ) .....	82
Tabela 20 Valor Total de Internações Hospitalares: Região Noroeste Fluminense - 2006 .....	83
Tabela 21 Valor Total de Internações Hospitalares: Municípios Fluminenses -2006 .....	83
Tabela 22 Trabalhadores ativos segundo grupos de atividades em 31/12/2006 – Região Noroeste Fluminense .....	84

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 O PLANEJAMENTO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	17
2.1 ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL.....	17
2.2 AS MUDANÇAS DE PARADIGMAS DO FINAL DO SÉCULO XX.....	21
2.3 GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	23
<b>3 O NOROESTE FLUMINENSE NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b> .....	26
3.1 GOVERNO FLORIANO PEIXOTO FARIA LIMA - I PLAN-RIO (1976/1979)...	27
3.1.1 Caracterização do Plano .....	27
3.1.2 A Região-Programa Norte Fluminense.....	32
3.2 GOVERNO CHAGAS FREITAS (1980/1983) .....	33
3.2.1 A Região Programa Norte Fluminense no PDES/RJ: 1980/1983.....	34
3.3 GOVERNO LEONEL DE MOURA BRIZOLA (1984/1987) .....	37
3.4 GOVERNO MOREIRA FRANCO (1988/1991) .....	44
<b>4 O NOROESTE FLUMINENSE NA ATUALIDADE</b> .....	47
4.1 O NOROESTE FLUMINENSE NO ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS (IQM): POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO.....	52
4.2 O NOROESTE E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA .....	54
4.3 O QUE MUDOU NO NOROESTE FLUMINENSE NOS ÚLTIMOS 30 ANOS .	59
<b>5 AS PERSPECTIVAS DO NOROESTE FLUMINENSE</b> .....	63
5.1 PLANO ESTRATÉGICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2007/2010.....	64
5.2 OS ESTUDOS DO IPEA .....	73
5.3 OS ESTUDOS DO SEBRAE/RJ.....	76
5.3.1 Rochas Ornamentais de Santo Antônio de Pádua .....	77
5.3.2 Pecuária e Leite em Itaperuna .....	78
5.3.3 Serviços Médicos em Itaperuna .....	82
5.3.4 Têxtil - Vestuário em Itaperuna .....	83
5.4 OS ESTUDOS DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN) DECISÃO RIO 2008/2010.....	84
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	90

## 1 INTRODUÇÃO

O atual debate em torno do desenvolvimento econômico apregoa que a escala local apresenta atributos suficientes para sua promoção. Contudo, a reflexão presente neste estudo pretende identificar algumas fragilidades do pensamento localista por meio da análise da utilização do planejamento como instrumento para a promoção do desenvolvimento, ou seja, o exame se ateu às iniciativas dos atores públicos. Para tanto, examinamos **como** a Região de Governo, conhecida como Noroeste Fluminense, foi contemplada nos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social e no atual Planejamento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro.

Após a fusão entre o antigo Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara, ocorrida no ano de 1975, e seguindo a política nacional de desenvolvimento do Governo Federal - que tinha, entre outros, o objetivo de consolidar o RJ, como o segundo pólo de desenvolvimento do país – precedido pelo Estado de São Paulo - o governo do “novo” RJ elaborou o Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro: 1976/1979 (I PLAN-RIO).

Na perspectiva daqueles que o idealizaram e confeccionaram, o desenvolvimento é visto como um meio que possibilita à sociedade melhorar o seu nível de bem-estar social (I PLAN-RIO, 1975, p. 14). Objetivando aumentar o grau de integração entre as regiões, – e destas com o pólo metropolitano - minimizar os desequilíbrios regionais existentes e valorizar o potencial econômico e social, permitindo o desenvolvimento econômico e social do RJ, o governo estadual utilizou a estratégia de **regionalização do território**, por considerar que a mesma atendia às condições de eficiência, flexibilidade e operacionabilidade exigidas. (I PLAN-RIO, 1975, p. 111).

Para coordenar as ações do governo estadual, foram então instituídas as “regiões-programa”. Em cada uma delas foram determinadas as cidades que seriam os pólos para a ação administrativa. Para tanto, levou-se em consideração os “dados da hierarquia urbana e os limites das áreas polarizadas de cada centro regional”. (I PLAN-RIO, 1975, p.116). Sendo assim, foram definidas seis regiões-programa e optou-se, também, por criar, dentro de cada região-programa, sub-regiões-programa (Vide Tabela 1, pág. 28). Em 1987, a Secretaria de Estado de Planejamento e Controle, com o objetivo de orientar as ações governamentais visando o desenvolvimento do Estado, estabeleceu uma modificação na divisão das Regiões-Programa, que passaram a ser denominadas Regiões de Governo. Estas passaram a ser oito: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Costa Verde.

O objeto de estudo da presente pesquisa é o processo de desenvolvimento econômico da Região de Governo Noroeste Fluminense (NOF) que integrava, até o ano de 1987, a Região Norte Fluminense. A pesquisa procurou responder às seguintes questões: Como o NOF vem sendo tratado pela administração estadual desde a fusão? Quais são, atualmente, seus limites e suas possibilidades de desenvolvimento?

Cruz (2005, pág. 52) assevera que a Região Noroeste apresenta “bolsões significativos de pobreza, exclusão social e baixa qualidade de vida, além de graves problemas de urbanização e emprego”. Assim, considera-se relevante analisar o processo de desenvolvimento do NOF, buscando traçar seu perfil econômico e social, pois acredita-se que o quadro de estagnação, e conseqüente marginalização da região só poderá ser revertido por meio de políticas públicas que busquem inserir, efetivamente, a região na dinâmica produtiva nacional.

Procurando responder à primeira questão proposta, foi realizada uma pesquisa documental com o intuito de verificar **como** o NOF foi contemplado pelos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro elaborados entre 1975 e 1987. Essa metodologia foi adotada, tendo em vista que a revisão bibliográfica realizada, para a confecção do projeto de pesquisa da presente dissertação, revelou a escassez de estudos referentes à mesma. Analisando os artigos de Cruz (2005), Carvalho e Silva (2004) e Carvalho e Totti (2004) observamos que os mesmos abordam o processo de desenvolvimento do Norte

Fluminense histórico (atuais regiões Norte e Noroeste Fluminense), destacando-se o processo de colonização e de desenvolvimento econômico baseado na pecuária, no cultivo da cana-de-açúcar e, posteriormente, do café. Contudo, percebemos que, a partir da crise do café e, principalmente, após o desmembramento do Norte Fluminense (NF), ocorrido na década de 1980, a Região Noroeste não é mais citada, permanecendo numa espécie de “limbo”. É como se ela tivesse deixado de existir, ou não tivesse nenhuma importância. Galvão (1997), Marafon e Ribeiro (2003), Marafon [et. al.] (2005) avançam um pouco mais na discussão e demonstram a estagnação econômica da região. Contudo, permaneceu a questão: “E então? A região está fadada à estagnação”?

Com a finalidade de identificar os limites e possibilidades de desenvolvimento do NOF, procedeu-se à pesquisa de dados secundários nas seguintes instituições:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Censo Demográfico 2000;
- Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE): Rio de Janeiro em Dados; Banco de Dados Municipais, Índice de Qualidade dos Municípios (IQM) – Potencial para o Desenvolvimento;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa): Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento – Zoneamento Agroecológico do Estado do Rio de Janeiro;
- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ): Perfil Sócio-Econômico 2007;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro (SEDEIS/RJ): Pólos de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Matrículas na Educação Superior;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Identificação, Mapeamento e Caracterização Estrutural de Arranjos Produtivos Locais no Brasil;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RJ): Arranjos Produtivos Locais identificados no Rio de Janeiro; Projeto de Gestão Estratégica Orientada para Resultados;

- Ministério da Saúde: DATASUS, Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS);
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN): Decisão Rio 2008-2010, Cadastro Industrial do Estado do Rio de Janeiro.
- Ministério do Trabalho e do Emprego: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Os dados e as informações coletadas foram tratados de modo a oferecer subsídios para a identificação dos setores mais significativos e suas potencialidades. Os resultados estão organizados em cinco capítulos, além da presente introdução. O primeiro capítulo expõe reflexões relativas ao desenvolvimento regional em três seções: a primeira trata das origens e evolução da utilização do planejamento público no Brasil, começando pelo emprego do mesmo como instrumento de promoção de desenvolvimento econômico e o arrefecimento de seu uso a partir da década de 1980. A segunda seção apresenta as mudanças de paradigmas, ocorridas no final do século XX, marcadas pelas reformas neoliberais, pela redução da participação do Estado na economia e pelo discurso de integração dos países chamados “emergentes” ao mercado global. A última apresenta o fenômeno da globalização e a emergência das teorias baseadas no desenvolvimento local como saída para reverter o subdesenvolvimento.

A análise dos objetivos, diretrizes e estratégias traçadas pelos Governos do Estado do Rio, para o território que atualmente compõe a região NOF, está estruturada no segundo capítulo mediante a apreciação dos seguintes Planos de Desenvolvimento Econômico e Social:

- I PLAN-RIO (1976/1979) elaborado pelo Governo de Floriano Peixoto Faria Lima (ARENA) durante o período militar, quando o Governo Federal - comandado pelo Gal. Ernesto Geisel (ARENA) - estava implantando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND);
- PDES-RJ (1980/1983) organizado durante o Governo de Chagas Freitas (MDB) cuja elaboração e implementação coincide com o início do processo de abertura política implementado pelo Gal. João Batista Figueiredo (ARENA), último presidente do Governo Militar, e com o aprofundamento da crise econômica que atingiu o país durante a década de 1980;

- PDES-RJ (1984/1987) proposto pelo Governo de Leonel de Moura Brizola (PDT) - primeiro governo estadual eleito diretamente pelo povo após o período militar - enfatizava as diretrizes que deveriam nortear as ações dos órgãos estatais e orientar as políticas públicas. O Brasil, sob a administração do Presidente José Sarney (PMDB), estava mergulhado em uma profunda crise econômica que gerou a formulação de diversos planos econômicos objetivando sua estabilização.
- PDES-RJ (1987/1991) preparado pela equipe do Governador Moreira Franco (PMDB) propõe-se a trazer de volta o bom desempenho econômico do Estado do Rio de Janeiro ressaltando suas vantagens sobre os planos anteriores. Em 1990, Fernando Collor de Mello (PRN) é eleito presidente adotando políticas de cunho neoliberal que prevêm, entre outras medidas, a redução da participação do Estado na economia.

O terceiro capítulo foi elaborado com o intento oferecer uma representação recente do NOF. A região é composta por treze municípios: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai. Sua população corresponde a 2,07% da população do Estado do Rio de Janeiro. Os dados mais recentes disponíveis, sobre o desempenho econômico da região, revelam que os objetivos do PLANRIO I, e dos planos posteriores, de diminuir a desigualdade existente entre as regiões do RJ, não foram atingidos. Analisando a composição do PIB, em valores correntes, a preços básicos para o ano de 2004, percebe-se que prevalece uma grande concentração na formação do PIB na Região Metropolitana. O NOF é a região mais pobre do Estado do Rio de Janeiro e seu PIB contribui, apenas, com 0,71% do PIB estadual. Além disso, apresenta outras características que revelam seu subdesenvolvimento, como a dependência das transferências intergovernamentais – em média 88% (TCE-RJ, 2007) e o elevado percentual de empregos na administração pública – em média 29,83% (CIDE, 2004).

Visto que a teoria do desenvolvimento local considera preponderante a atuação dos representantes da sociedade civil, empresarial e política - a partir da identificação das chamadas “potencialidades locais” ou “vocações” - o quarto capítulo procura expor as oportunidades identificadas por algumas das principais instituições que realizaram estudos recentes sobre o tema. Inicia-se com o atual

Governo do Estado do Rio de Janeiro que – por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS/RJ) - identificou os principais Pólos de Desenvolvimento Econômico do RJ, além de ter elaborado o Plano Estratégico para o RJ 2007/2010. Ainda no âmbito estadual, a Fundação CIDE, a partir de pesquisa relativa às modificações recentes na estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro, elaborou a proposta de uma nova regionalização para o Estado que julgamos pertinente analisar. Por sua vez, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - instituição federal - identificou, mapeou e caracterizou a estrutura dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Brasil. Como resultado, o Georreferenciamento dos possíveis APLs identificados para o Estado do Rio de Janeiro revela um vetor de desenvolvimento local e dois embriões de arranjos produtivos no NOF. A análise do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RJ) identificou aglomerações em dois municípios do Noroeste Fluminense: Santo Antônio de Pádua (rochas ornamentais) e Itaperuna (concentração de têxtil-vestuário; de serviços médicos; e de pecuária e leite). E, finalmente, o Decisão Rio2008/2010, que é o resultado de uma pesquisa realizada, anualmente, pela Gerência de Infra-Estrutura e Novos Investimentos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) apresenta os principais investimentos previstos para o Estado neste período.

O quinto e último capítulo expressa as conclusões da pesquisa, assim como as propostas para novos estudos.



## 2 O PLANEJAMENTO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O atual debate em torno do desenvolvimento econômico baseia-se em teorias importadas e que não tratam as especificidades da questão do desenvolvimento da periferia (Santos, Diniz & Barbosa, 2004). De acordo como Brandão (2007), prevalece a crença em uma “endogenia exagerada” baseada em abordagens de *clusters*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais etc.; a vulgarização de definições tais como “capital social”, redes, “economia solidária e popular”; a sobrevalorização de termos como empreendedorismo, voluntariado, talentos pessoais e coletivos, microiniciativas, “comunidades solidárias”; e, ainda a visão de que o fortalecimento das instituições baseado em parcerias “público-privadas”, na “governança” das cooperativas, agências, consórcios e comitês, seria o caminho para a promoção do desenvolvimento.

A reflexão presente neste estudo pretende identificar algumas fragilidades do pensamento localista por meio da análise da utilização do planejamento como instrumento para a promoção do desenvolvimento.

### 2.1 ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL

As origens do planejamento público estão associadas às críticas dos socialistas sobre o funcionamento do modelo capitalista. Na perspectiva marxista, o Estado deveria assumir funções na organização da produção, objetivando a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas, visto que, a instabilidade do sistema econômico e os ciclos da economia do livre mercado não eram capazes de oferecer os resultados demandados pela sociedade. (Mindlin Lafer, 1975, pág. 16).

Os países capitalistas começam a utilizar o planejamento como instrumento para alcançar o desenvolvimento após a crise mundial eclodida com o “*crack*” da bolsa de New York, em outubro de 1929. Após a Segunda Grande Guerra, a necessidade de reconstruir a Europa e o crescimento da economia americana (proporcionado, entre outros fatores, pela intervenção do Estado na economia) propiciam o fortalecimento e a adoção das propostas de Keynes, dando início ao que ficou conhecido como “*Welfare State*”, baseando-se na disseminação do Estado Previdenciário, sustentando um nível mínimo de renda, mesmo em caso de desemprego. Keynes propõe que o enfrentamento da crise de desemprego deve ter como estratégia a intervenção do Estado na organização da produção, superando, assim, a ideologia do Estado Liberal. Visando a recuperação e a reformulação da economia norte-americana, o Governo Roosevelt implementa - nos Estados Unidos, entre 1933 a 1937 - o *New Deal*, que consiste em uma estratégia de intervenção no sistema bancário, na agricultura, na produção de energia etc., estimulando o nível de emprego para conter a crise social. De acordo com Piquet (2007, pag. 19) “é nesse contexto que o planejamento, até então considerado inerente e exclusivo ao sistema socialista, passa a ser aceito e adotado pelos países capitalistas, porquanto é visto como uma *técnica de aplicação de políticas*<sup>1</sup>”.

No Brasil, a década de 1930 é marcada pelo governo Vargas que promove mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas criando condições para a emergência de novos grupos sociais, novos valores e novas espacialidades. Com a instituição do Estado Novo (1937-1945), Vargas promove uma política centralizadora e inicia, efetivamente, o processo de industrialização do país. Além disso, implanta a primeira legislação trabalhista e as primeiras experiências de planejamento público federal. Nesse período, o principal instrumento de política econômica é a política cambial – controle da taxa cambial e seletividade nas importações, direcionando a demanda à produção doméstica. O eixo da economia brasileira sofre uma profunda mudança – das atividades agro-exportadoras para a indústria.

O desenvolvimento econômico conquistado pelo Brasil até o final da Segunda Grande Guerra torna-se possível, em virtude dos reflexos do funcionamento e das flutuações do capitalismo mundial, das rupturas provocadas pelas crises do mesmo e da nacionalização, ainda que parcial, de decisões sobre as políticas econômicas.

---

<sup>1</sup> Grifo do autor.

O processo de industrialização é dirigido pelo Estado como forma de escapar do subdesenvolvimento.

Quanto à utilização do planejamento, como ferramenta, há tentativas até que o mesmo venha a ser realmente utilizado, como descreve Lafer (1975):

A partir da década de 1940 várias foram as tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia brasileira. Entretanto, o que se pode dizer a respeito dessas tentativas até 1956 é que elas foram mais propostas como é o caso do relatório Simonsen (1944 -1945); mais diagnósticos como é o caso da Missão Cooke (1942-1943), da Missão Abbink (1948), da Comissão Mista Brasil – EUA (1951-1953); mais esforços no sentido de racionalizar o processo orçamentário como é o caso do Plano Salte (1948); mais medidas puramente setoriais como é o caso do petróleo ou do café do que experiências que pudessem ser enquadradas na noção de planejamento propriamente dito. [...] o Plano de Metas, pela complexidade de suas formulações – quando comparado com essas tentativas anteriores – e pela profundidade de seu impacto, pode ser considerado como a primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento no Brasil. [...] (LAFER, 1975, pag. 29-30)

As análises do processo de desenvolvimento econômico brasileiro baseiam-se no pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), cujo debate volta-se para as idéias de crescimento, desenvolvimento e subdesenvolvimento; e na possibilidade – ou não – da universalização dos padrões de consumo dos países centrais (Piquet, 2007). Como a economia brasileira é ancorada nas exportações de produtos agrícolas, a industrialização apresenta-se como a única alternativa para a inserção do país no seletivo grupo dos países desenvolvidos - considerando-se que o desenvolvimento seria alcançado à medida que o país se industrializasse. Para tanto, o governo de Juscelino Kubitschek utiliza o planejamento como ferramenta, transformando o Plano de Metas em um marco da utilização desse instrumento no Brasil. Ao estudar o processo de planejamento, Lafer (1975) o divide em três fases distintas: a decisão de planejar, o plano em si e a implementação do plano. A decisão de planejar e a implementação do plano são fenômenos políticos, visto que a primeira tenta alocar recursos e valores e a segunda consiste em uma forma de verificar a efetiva alocação de recursos. Quanto ao plano, é a fase em que se pode realizar um exame técnico baseado em critérios econômicos. Cabe então ao Estado não somente a responsabilidade de planejar, mas também de implementar e avaliar seus resultados.

No caso latino-americano, a difusão e o auge do planejamento alcançaram sua máxima expressão nas décadas de 1960-1970, chegando mesmo em certos âmbitos tecnocráticos a se observar uma clara tendência a idealizá-lo como instrumento capaz de promover o desenvolvimento econômico e social. Nessa época não só havia um paradigma onipresente no discurso dos atores políticos e sociais de que o desenvolvimento econômico era um objetivo compartilhado por todos como se acreditava firmemente que o Estado fosse o principal ator desse processo. Um Estado investidor, regulador e, ainda, protetor do mercado interno e da indústria nacional. Assim, ao desenvolvimento se associavam a industrialização e uma metodologia de como planejar. (PIQUET, 2007, pág. 19)

Após o governo de Juscelino Kubitschek o planejamento continua sendo utilizado como instrumento, tendo, prioritariamente, os objetivos de conter a inflação, recuperar o crescimento e promover o desenvolvimento econômico e social. Sob o regime militar, a partir de 1969, fica estabelecido que cada novo governo deve propor, no seu primeiro ano de gestão, um plano de desenvolvimento, e que este será válido até o primeiro ano de governo de seu sucessor, com o intuito de sistematizar a formulação e implementação de ações tendo como objetivo principal a promoção do desenvolvimento nacional. Inicia-se, assim, a chamada “Era dos PND’s” (Gremaud e Pires<sup>a</sup>, 1999).

O objetivo síntese do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (I PND 1972-1974) é o “Brasil Potência”. Sendo assim, o I PND procura fortalecer a empresa nacional por meio da criação de um sistema financeiro de apoio às indústrias; investir na qualificação de recursos humanos; e desenvolver a energia nuclear e aeroespacial (Gremaud e Pires<sup>a</sup>, 1999). O II PND (1975-1979) é um marco no planejamento brasileiro. Há o crescimento da produção de bens duráveis, não duráveis e intermediários; um forte investimento estatal em infra-estrutura e na exploração do petróleo. O II PND completa o processo de industrialização por substituição das importações levando à crença de que o mercado interno daria conta de sustentar o próprio crescimento.

A partir de 1979, os planos têm como foco as medidas de contenção para frear a inflação, tendo em vista a escassez dos investimentos externos. Assim, há um arrefecimento na elaboração de planos desenvolvimentistas, permanecendo em pauta os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

A Nova República, como foi chamada a volta dos governos civis, a partir de 1985, foi acompanhada de enormes expectativas de ampliação da cidadania e de melhores condições de vida. O otimismo então vigente trazia implícita a idéia de que a reconquista de direitos civis e políticos seria prelúdio do aumento dos direitos sociais, com a universalização desses direitos, o que implicava a implantação de um Estado de Bem-Estar Social. Além disso, a conquista de autonomia política pelos governos estaduais trazia a esperança de que interesses regionais finalmente pudessem ser atendidos [...]. (SANTOS, 2008, pág. 198)

Nesse contexto, a partir da década de 1990, os planos estratégicos municipais passam a ser utilizados como instrumento de adequação dos municípios ao novo cenário mundial. Os referidos planos são uma variação dos planos estratégicos empresariais oriundos da “*Harvard Business School* que, desde 1920, incluía ações estratégicas no seu curso de política de negócios” (LOPES, 1998, pág. 80).

## 2.2 AS MUDANÇAS DE PARADIGMAS DO FINAL DO SÉCULO XX

As duas últimas décadas do século XX foram marcadas pelas reformas neoliberais, baseadas no livre fluxo de capitais, nas metas de estabilidade monetária e no equilíbrio dos orçamentos públicos, objetivando a integração dos países chamados “emergentes” ao mercado global. Para obter competitividade, ampliar a oferta de serviços e reduzir custos, esses países utilizaram, como instrumentos, a abertura comercial - com redução de tarifas; a fragmentação das cadeias produtivas e a intensa privatização das empresas públicas (Dupas, 2001).

No caso brasileiro, as reformas aceleraram-se, a partir da abertura comercial estabelecida no Governo Collor, na década de 1990. A redução das tarifas alfandegárias promoveu uma elevação nos volumes de importação e, em muitos casos, os produtos importados tinham preços inferiores aos nacionais. Para competir com esses produtos e adaptar-se ao padrão internacional, a indústria brasileira iniciou um profundo processo de reestruturação, baseado na fragmentação da cadeia produtiva – a subcontratação e a terceirização passaram a ser utilizadas em larga escala; houve uma ampliação das atividades no setor informal e as relações de trabalho tornaram-se mais frágeis.

O Estado, por sua vez, procurou reduzir sua participação na economia e enfocar medidas visando à estabilização da moeda, a partir de três pilares: o processo de privatização de empresas públicas – acelerado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso; a financeirização da dívida pública por meio da venda de títulos e a oferta de uma elevada taxa de juros, submetendo, assim, o mercado nacional às intempéries do capital financeiro internacional; e o maior controle do gasto público – especialmente aquele relativo aos salários dos servidores, por meio da promoção de programas de demissão voluntária; reestruturação da previdência e “congelamento” dos salários.

No campo social, as mudanças proporcionadas pelo processo de redemocratização continham um apelo por maior participação popular nas decisões e maior autonomia para Estados e municípios. Essas reivindicações influenciaram a elaboração da Constituição de 1988 que modificou profundamente o modelo de federalismo adotado, até então, conferindo maior poder às esferas estadual e municipal, assim como transferindo a estas, responsabilidades que antes eram da União.

A Constituição de 1988 desconcentrou recursos tributários e transferiu encargos da União para estados e municípios. Aumentou especialmente a importância dos municípios, dotados de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, e com crescentes atribuições no campo das políticas públicas. (FARAH, 2003, pág. 83)

Nesse período, a responsabilidade de promoção do desenvolvimento passa a ser vista como atribuição do poder local, o que introduz uma nova abordagem na questão regional. Até então, o desenvolvimento de municípios, estados e regiões era idealizado como subproduto do desenvolvimento nacional, cabendo, assim, à União a responsabilidade por equalizar as diferenças regionais (Farah, 2003). Com a estagnação econômica vivenciada pelo país, a partir de 1980, o Estado Nacional torna-se incapaz de conduzir políticas de desenvolvimento que reduzam os desequilíbrios regionais.

[...] No entanto, a afirmação dos governos infranacionais como agentes mais relevantes no cenário político fez emergir um outro tipo de política espacial: a disputa pela atração de investimentos privados, que resultou em uma verdadeira “guerra fiscal” entre estados e até entre municípios. (SANTOS, *Op.cit.* pág. 198)

Assim, a visão predominante, atualmente, é que cabe ao município desenvolver estratégias e implementar ações que possam atrair investimentos externos que, por conseguinte, serão promotores do desenvolvimento endógeno dos mesmos.

Nesse contexto, grande parte da literatura internacional contemporânea, adotada de forma mecânica e indiscriminada no país – e que informa parcela majoritária das ações públicas em âmbito subnacional -, proclama que bastaria cumprir as “exigências” da globalização, desse novo imperialismo da “partilha dos lugares eleitos”, ajustando-se, adaptando-se e submetendo-se a essa inexorável “fatalidade”, para tornar-se um espaço receptivo e conquistador da confiança dos agentes econômicos mais poderosos. (Brandão, Carlos. 2007, pág. 35)

Superar o subdesenvolvimento deixa de ser uma questão nacional e passa a ser uma tarefa local.

### 2.3 GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Apesar de a globalização ser um fenômeno antigo - relacionado às transações mercantis existentes entre os países, e à internacionalização do capital e da produção -, o que diferencia o atual estágio desse processo é a possibilidade do uso intensivo da informação e de novas tecnologias, ao passo que os estágios anteriores vinculavam-se à busca de matérias-primas e de novos mercados (Ferrer, 1996 apud Vazquez-Barquero, 2000).

O desafio das economias locais e regionais, atualmente, como no passado, reside em interpretar os processos de acumulação de capital que impulsionam o crescimento econômico (Barro e Sala-i-Marcin, 1995 apud Vazquez-Barquero, 2000). Acredita-se que o crescimento econômico poderá ser alcançado, a partir das inversões de bens de capital, inclusive capital humano, graças à difusão das inovações e do conhecimento entre as empresas e à criação de economias externas (Vazquez-Barquero, 2000). Assim, a temática em torno do estudo do desenvolvimento desloca-se da escala internacional, ou nacional, para a escala local. A globalização acentua as diferenciações regionais e o desenvolvimento é visto como a capacidade de cada país, ou região, em integrar-se aos fluxos globais. (Fauré e Hasenclever, 2007).

Neste contexto, ganha impulso as pesquisas relativas ao desenvolvimento local, sendo visto como um caminho para enfrentar os desafios da globalização. Fauré e Hasenclever (2007) sintetizam o conceito de desenvolvimento local a partir de três dimensões: a endogeneidade, que pressupõe a existência de recursos locais, materiais e imateriais; a territorialidade que incorpora, além dos aspectos físicos, as iniciativas dos atores que constroem o território; e as instituições representadas pelo conjunto das inter-relações e das organizações.

O desenvolvimento local é de uma certa maneira o encontro entre potencialidades localizadas, até então não exploradas, e iniciativas de propósito, proativas ou até mesmo voluntaristas dos atores tanto públicos quanto privados: a valorização dos recursos locais, o aumento da especialização e da diversificação produtivas, a promoção e a atração de novos negócios, a impulsão dada à cooperação e parceria entre empresas, a organização de redes entre os agentes públicos e privados para elevar a produtividade do conjunto econômico local e para integrar e divulgar inovações e, além disso, a vinculação entre as empresas e centros científicos e tecnológicos para melhorar a competitividade, a implementação e o desenvolvimento de instrumentos financeiros, entre outros, para atender às demandas e às limitações específicas da micro e pequenas empresas, a renovação e a expansão das infra-estruturas [...]. (Fauré e Hasenclever, 2007, pag. 21 e22)

Entretanto, os autores alertam para as dificuldades e restrições na busca do melhor caminho para o desenvolvimento local, e de que o conhecimento sobre o tema até agora não gerou um quadro teórico firme e estável que poderia servir de referência (Fauré e Hasenclever, 2007).

Diante das fragilidades apontadas, abre-se um espaço para a exploração do tema do desenvolvimento local como “solução” para a promoção do desenvolvimento. Pressupõe-se que, a partir da mobilização dos chamados agentes do desenvolvimento local (empresários, políticos, representantes da sociedade civil, etc.), visando à identificação das potencialidades locais e, a partir daí a exploração das mesmas, seria possível promover o desenvolvimento. Contudo, Brandão (2007) alerta para a banalização dessas questões que se apóiam no voluntarismo e negligenciam, completamente, as questões estruturais do Brasil e as acentuadas especificidades de suas regiões, cujo tratamento demanda uma discussão sobre a espacialidade dos problemas, baseada em um projeto nacional de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, Vainer (2002) analisando as escalas espaciais da ação política demonstra que, atualmente, o debate é dominado pelo par *local x global*



apresentando que aqueles que defendem, como prioritária, a escala global apregoam a necessidade de uma sociedade civil globalizada visando à construção e ao fortalecimento da cidadania global; enquanto os defensores da escala local baseiam-se nas identidades locais, no “patriotismo” de cidade e no regionalismo, aliciando os lugares e as cidades para a competição global. O autor ainda questiona em “O que pode o poder local?” alertando que

[...] é fundamental ter claro os limites das conquistas materiais e imateriais que os movimentos e lutas populares são capazes de alcançar na escala global: a estrutura social, econômica e política, que opera na interação entre as escalas nacional e internacional, é o principal determinante das condições de vida das classes subalternas em nossa sociedade, e somente mudanças estruturais profundas serão capazes de abrir possibilidades para uma reversão do quadro de desigualdades e de miséria social. Rejeitamos, assim, *in limine*, a pretensão neolocalista de conceber o local, quase sempre a cidade, como campo de um desenvolvimento local alternativo e, *a fortiori*, de construção de alternativas societárias (Vainer, 2002, pág. 26).

Portanto, delegar ao local a responsabilidade para a promoção do desenvolvimento, sem que haja uma transformação profunda na desigualdade social e econômica, constitui-se em um engodo que só contribui para “aliviar” o Governo Estadual e, principalmente, o Federal de sua responsabilidade.

### **3 O NOROESTE FLUMINENSE NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O presente capítulo apresenta a análise dos objetivos, diretrizes e estratégias – no que tange aos aspectos econômicos - traçados pelos Governos do Estado do Rio para o território que atualmente compõe a região NOF, mediante a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social para os seguintes períodos: 1976/1979; 1980/1983; 1984/1987 e 1988/1991.

O I PLAN-RIO (1976/1979) foi elaborado pelo Governo de Floriano Peixoto Faria Lima (ARENA) durante o período militar, quando o Governo Federal - comandado pelo Gal. Ernesto Geisel (ARENA) - estava implantando o II PND. É um plano de caráter tecnocrático, detalhado e minucioso; apresenta dados, estatísticas e orçamentos detalhados para cada programa.

O PDES-RJ (1980/1983), organizado durante o Governo de Chagas Freitas (MDB), dá prosseguimento ao plano anterior, contudo, é mais sintético. Sua elaboração e implementação coincide com o início do processo de abertura política implementado pelo Gal. João Batista Figueiredo (ARENA), último presidente do Governo Militar, e com o aprofundamento da crise econômica que atingiu o país durante a década de 1980.

O Governo de Leonel de Moura Brizola (PDT) - primeiro governo estadual eleito diretamente pelo povo, após o período militar - apresentou um plano com um conteúdo diferenciado dos demais. O PDES-RJ (1984/1987) enfatizava as diretrizes que deveriam nortear as ações dos órgãos estatais e orientar as políticas públicas. Teve um caráter mais institucionalista - de reforço e descentralização das

instituições públicas – assim como valorização da participação popular na discussão e elaboração das propostas. O Brasil, sob a administração do Presidente José Sarney (PMDB), estava mergulhado em uma profunda crise econômica que gerou a formulação de diversos planos econômicos objetivando sua estabilização.

Em 1987, Moreira Franco (PMDB) assume o Governo do RJ e elabora o PDES-RJ (1987/1991). Em sua introdução, o plano é apresentado como a solução para trazer de volta o bom desempenho econômico do Estado do Rio de Janeiro ressaltando suas vantagens sobre os planos anteriores. Na verdade, ele retoma a metodologia tecnocrática adotada pelos dois primeiros planos citados. Em 1990, Fernando Collor de Mello (PRN) é eleito presidente adotando políticas de cunho neoliberal que prevêem, entre outras medidas, a redução da participação do Estado na economia.

O PDES-RJ (1987/1991) foi o último Plano de Desenvolvimento Econômico e Social elaborado pelo Estado do Rio de Janeiro. Podemos inferir que, a partir daí, o Estado passou a adotar apenas os Planos Plurianuais como ferramenta de planejamento e a desenvolver projetos específicos a partir deles. Em 2007, o Governador Sérgio Cabral lançou o Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro que será abordado no quarto capítulo. A seguir, apresentamos a análise de cada um dos planos citados.

### 3.1 GOVERNO FLORIANO PEIXOTO FARIA LIMA - I PLAN-RIO - (1976/1979)

#### 3.1.1 Caracterização do Plano

Após a fusão entre o antigo Estado do Rio de Janeiro (RJ) e o Estado da Guanabara - ocorrida no ano de 1975 e seguindo a política nacional de desenvolvimento do Governo Federal que tinha, entre outros, o objetivo de consolidar o RJ como o segundo pólo de desenvolvimento do país – precedido pelo Estado de São Paulo - o governo do “novo” RJ elaborou o Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro: 1976/1979 (I PLAN-RIO).

A mensagem de encaminhamento do I PLAN-RIO à Assembléia Legislativa do RJ elaborada pelo então governador do RJ, Floriano Faria Lima, em novembro de 1975, ressalta a importância do I PLAN-Rio

Creio ocioso ressaltar a dimensão histórica do Plano, o primeiro do Estado e também o primeiro a enfatizar e manipular as variáveis relevantes para o processo de desenvolvimento econômico e social de nossa terra de modo global, unificado e coerente com sua realidade social e com a política nacional de desenvolvimento. (I PLAN-RIO, 1975)

A elaboração do I PLAN-RIO foi precedida de ampla pesquisa relativa aos aspectos econômicos, de infra-estrutura, social e de recursos ambientais de todos os municípios do RJ, visando traçar o perfil socioeconômico dos mesmos e, principalmente, identificar suas potencialidades e carências. Para tanto,

[...] a equipe examinou todos os estudos e pesquisas pertinentes disponíveis sobre o Estado e a fusão, ouviu especialistas, entidades de classe, empresas. Visitando todos os municípios, em busca do maior realismo possível, contactou autoridades locais para colher subsídios, verificar informações in loco, permanentemente consciente do grau de autonomia das prefeituras. (I PLAN-RIO, 1975, p. 13)

Descrevendo a realidade do RJ, em 1975, o texto afirma que

O Estado do Rio de Janeiro apresenta, em maior ou menor grau, todas as manifestações típicas do subdesenvolvimento, não obstante sua renda por habitante, 50 % superior à média nacional, sua excelente posição relativa no País em termos dos setores industrial e de serviços e [...] sua imagem de Estado privilegiado, talvez produto da imagem nacional da cidade do Rio, correspondem o mais a sua Zona Sul que à maior parte de sua superfície habitada [...].

Apesar de pequeno, o território estadual – 0,5 % do nacional – apresenta as mais variadas vocações e potencialidades [...] desde municípios quase sem economia de subsistência, ao grande mercado da Capital e áreas periféricas. (I PLAN-RIO, 1975, p. 20-21)

Em sua elaboração, optou-se pela explicitação da programação regional e setorial. A análise setorial detectou um acentuado desequilíbrio econômico inter e intra-regional e entre as atividades primárias, secundárias e terciárias. A estrutura espacial do RJ refletia a posição assimétrica da capital em relação à forma de seu território. Analisando os aspectos referentes à acessibilidade à metrópole e sua

relação com a ocupação urbana e rural, foram identificadas três unidades espaciais: a Região Metropolitana, uma grande região a leste (Grande Região I) e outra grande região a oeste (Grande Região II).

As informações apresentadas pelo I PLAN-RIO revelam que, além do grande desequilíbrio existente entre a Região Metropolitana e sua hinterlândia, havia, também, um desequilíbrio expressivo entre a Grande Região I e a Grande Região II. A Grande Região II apresentava densidade muito maior de núcleos urbanos e maior dinamismo econômico. Além dos bolsões de estagnação que circundavam alguns centros dinâmicos em todo o território estadual, foram identificadas duas áreas, acentuadamente estagnadas, ambas situadas na Grande Região I: a hinterlândia de Nova Friburgo e a periferia mais remota do Norte Fluminense<sup>2</sup>. (I PLAN-RIO, 1975, p. 77-78)

Objetivando aumentar o grau de integração entre as regiões, – e destas com o pólo metropolitano - minimizar os desequilíbrios regionais existentes e valorizar o potencial econômico e social, permitindo o desenvolvimento econômico e social do RJ, o governo estadual utilizou a estratégia de regionalização do território, por considerar que a mesma atendia às condições de eficiência, flexibilidade e operacionabilidade exigidas. (I PLAN-RIO, 1975, p. 111)

A estratégia geral de integração espacial foi definida como

[...] conjunto de medidas de caráter técnico e administrativo destinado a dotar de maior eficiência operacional os esquemas de planejamento e executivos dos programas de desenvolvimento econômico e social, conferindo maior equilíbrio à atuação governamental nas diferentes áreas do Estado. Por meio desta estratégia, capacita-se de modo mais eficiente a administração estadual a incluir o fator espaço em suas políticas e ações, inclusive quanto à alocação de recursos, a partir de uma conceituação formal e ao mesmo tempo dinâmica da realidade regional [...]. (I PLAN-RIO, 1975, p. 112)

Operacionalmente, a referida estratégia visava à concentração de esforços na solução dos problemas regionais utilizando, para tanto, a descentralização administrativa.

Para coordenar as ações estaduais, foram instituídas as regiões-programa e, em cada uma delas, foram determinadas as cidades que seriam os pólos para a ação administrativa. Para tanto, levou-se em consideração os “dados da hierarquia

---

<sup>2</sup> Atual Noroeste Fluminense.

urbana e os limites das áreas polarizadas de cada centro regional”. (I PLAN-RIO, 1975, p.116). Assim, foram compostas seis regiões-programa: Metropolitana, Norte, Serrana, das Baixadas Litorâneas, Industrial do Médio Paraíba e Litoral Sul. Optou-se, também, por criar, dentro de cada região-programa, sub-regiões-programa, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1  
Estado do Rio de Janeiro  
Regionalização para o Planejamento e para Ação Administrativa

<b>Regiões-Programa</b>	<b>Municípios</b>	<b>Pólos</b>	<b>Circunscrições Administrativas (Sub-Regiões-Programa)</b>
I. Região Metropolitana	Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Nova Iguaçu, Nilópolis, Itaguaí, Paracambi, Duque de Caxias, São João de Meriti, Magé, Petrópolis, e Mangaratiba	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro Niterói Nova Iguaçu Duque de Caxias Petrópolis
II. Região Industrial do Médio Paraíba	Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Rio Claro, Barra do Piraí, Valença, Vassouras, Rio das Flores, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Piraí, Miguel Pereira, Três Rios, Paraíba do Sul, Sapucaia.	Barra Mansa Volta Redonda	Barra Mansa Barra do Piraí Três Rios
III. Região do Litoral Sul	Angra dos Reis e Parati.	Angra dos Reis	Angra dos Reis
IV. Região da Baixadas Litorâneas	Macaé, Conceição de Macabu, Rio Bonito, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Casemiro de Abreu, Araruama, Saquarema, São Pedro D'Aldeia, Cabo Frio.	Macaé	Macaé Cabo Frio Rio Bonito
V. Região Serrana	Nova Friburgo, Cordeiro, Cantagalo, Bom Jardim, Duas Barras, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, Teresópolis, Carmo, Sumidouro.	Nova Friburgo	Nova Friburgo Teresópolis
VI. Região Norte	Campos, São Fidélis, Itaperuna, Miracema, Bom Jesus do Itabapoana, Porciúncula, Natividade, Laje do Muriaé, Cambuci, Santo Antônio de Pádua, Itaocara.	Campos	Campos Itaperuna

Fonte: I PLAN-RIO, 1975, p. 114

A chamada Grande Região I engloba as regiões-programa Norte, Serrana e das Baixadas Litorâneas e a Grande Região II engloba as regiões-programa Industrial do Médio Paraíba e Litoral Sul. O presente estudo se detém à análise das informações referentes à região-programa Norte, especificamente à sub-região-programa de Itaperuna, tendo em vista que, a atualmente chamada região-programa

Noroeste – objeto da presente pesquisa – originou-se do território composto pela referida sub-região, tendo sido acrescido apenas o território do município de Italva, desmembrado de Campos dos Goytacazes no ano de 1986.

As principais características da Grande Região I apresentadas pelo I PLAN-RIO são (I PLAN-RIO, 1975, p. 265-266):

- Compreende a parte do Estado situada a leste da Região Metropolitana e abrange, aproximadamente, 60 % do território estadual;
- Composta por unidades espaciais dotadas de características e potencialidades diversas, interagindo com o pólo metropolitano também de forma diversa;
- Apresenta deficiência de infra-estrutura econômica e social e fraco dinamismo das atividades tradicionais;
- As atividades primárias representam, aproximadamente, apenas 30% da renda interna da Grande Região I e constituem-se na maior participação na composição da renda interna do setor primário do RJ;
- Menor produtividade agropecuária - quando se compara produção por hectare - do que o observado nas demais regiões do RJ, não obstante utilizar para a produção uma área maior.
- Reduzido crescimento econômico, quando não estagnação, fraca expansão das atividades terciárias e do setor industrial, em geral.

A análise econômica destaca a vocação para a produção agrícola e agroindustrial da região, não obstante essa atividade estar desorganizada e apresentar falta de dinamismo. O fraco desempenho é atribuído à precária acessibilidade, tendo em vista a grande distância da Região Metropolitana e a baixa qualidade e quantidade das vias de transporte disponíveis; à crise das atividades rurais tradicionais; aos entraves à comercialização e ao forte êxodo rural (que é consequência da estagnação econômica, e não causa).

Contudo, algumas informações apresentadas no plano são contraditórias. Quando trata da expansão da economia e integração espacial da Grande Região I, o mesmo descreve o setor primário como o de maior participação na renda regional e, portanto, relata que

Será dada ênfase à modernização do setor primário, [...] através da implantação e melhoria da infra-estrutura básica, destinada a reduzir os estrangulamentos da produção e da comercialização, a atrair a implantação de atividade agroindustrial e industrial e a promover maior integração física à Região Metropolitana. (I PLAN-RIO, 1975, p. 325)

### 3.1.2 A Região-Programa Norte Fluminense

No que se refere ao desenvolvimento econômico, as principais ações descritas no plano são orientadas para a elevação da produtividade agropecuária e para a integração da região com a metrópole por meio da elevação da qualidade da infra-estrutura de transportes. Nesse contexto, destaca-se o planejamento dos seguintes projetos (I PLAN-RIO, 1975, p. 327-333):

- Ampliação da produção de álcool;
- Pesquisa agropecuária objetivando, principalmente, a elevação da produtividade da cana-de-açúcar e o melhoramento dos rebanhos e pastagens;
- Assistência técnica e extensão rural;
- Pavimentação de rodovias;
- Racionalização e aproveitamento das várzeas;
- Elevação da qualidade dos produtos agrícolas – principalmente arroz e tomate – por meio da aplicação de técnicas racionais de cultivo e de irrigação;
- Combate às pragas e doenças e defesa sanitária animal;
- Conservação do solo e aproveitamento das áreas de colinas e morros por meio da melhoria dos pastos e da expansão do cultivo do café.

Visando atingir os objetivos de cada um dos projetos citados, foram programadas ações complementares, destacando-se a capacitação de recursos humanos por meio da reativação do Centro de Treinamento de Italva e a implantação de um núcleo comunitário em Itaperuna, e posterior extensão a Bom Jesus do Itabapoana e Miracema; a ampliação da rede de escolas rurais; o apoio às cooperativas de produtores; expansão das duas cooperativas de eletrificação rural existentes (Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna) e criação de uma nova cooperativa na área de Miracema e Santo Antônio de Pádua. (I PLAN-RIO, 1975, p. 333)



Destacam-se, também, os investimentos destinados à implantação do mercado expedidor de São José de Ubá - à época pertencente ao território do município de Cambuci – que, além da comercialização de tomate, deveria apoiar outras iniciativas da produção olerícola; e os projetos voltados para algumas áreas urbanas objetivando atender à demanda por serviços. Todas as iniciativas citadas teriam o apoio financeiro das instituições oficiais do Estado.

No que tange ao desenvolvimento dos setores terciário e quaternário, o I PLAN-RIO não apresenta previsões de ações específicas para os municípios do NOF. Informa que o programa abrange todo o Estado, que tem o objetivo de promover suas potencialidades e destaca as ações prioritárias que estão direcionadas a municípios que não estão situados no NOF.

### 3.2 GOVERNO CHAGAS FREITAS (1980/1983)

O sexto capítulo do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - 1980/1983 (PDESRJ-1980/1983) trata do desenvolvimento urbano e regional. Observa-se que o referido plano segue as mesmas diretrizes encontradas no I PLAN-RIO

”Avaliando-se o atual estágio de desenvolvimento das Regiões-Programa e os problemas por elas apresentados, verifica-se a necessidade de dar continuidade ao processo de planejamento compatível com a vocação de cada região, bem como a dinâmica do desenvolvimento econômico e social do Estado. Os programas propostos deverão condicionar a organização do espaço regional a um melhor aproveitamento das potencialidades das Regiões-Programa e à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes”. (PDESRJ-1980/1983, 1979, p. 147)

O texto revela que os desequilíbrios regionais permanecem e destaca a importância de promover uma maior integração econômica e social do espaço inter e intra-regional por meio da expansão da economia regional e da racionalização da organização do espaço.

As principais diretrizes da chamada Programação Integrada Urbano-Regional são (PDESRJ-1980/1983, 1979, p. 148):

- Racionalização do uso dos recursos naturais;

- Descentralização dos investimentos de modo a induzir uma distribuição equacionada dos setores mais dinâmicos da economia;
- Indução ao crescimento do nível de produção e produtividade das atividades econômicas;
- Dinamização das funções urbanas de apoio às atividades produtivas de maior expressividade local e/ou regional;
- Ordenamento do uso do solo urbano e racionalização da oferta de infraestrutura e da prestação de serviços;
- Criação de condições para fixar a população nas Regiões-Programa por meio da ampliação da oferta de empregos e do fortalecimento dos equipamentos básicos;
- Articulação do sistema viário para maior rendimento do escoamento da produção regional e maior integração inter e intra-regional.

### 3.2.1 A Região-Programa Norte Fluminense no PDESRJ-1980/1983

O plano apresenta inicialmente um diagnóstico da região. Observa-se que permanecem as mazelas detectadas na pesquisa para a elaboração do I PLAN-RIO: estagnação das atividades agrícolas tradicionais, fraco crescimento econômico, êxodo rural, elevados níveis de desemprego nas cidades, escassez de mão-de-obra para as atividades agrícolas, demanda por infra-estrutura urbana e fraca expansão das atividades terciárias e industriais.

Prevalece o destaque para a agropecuária, como principal atividade econômica, apesar de sua baixa produtividade, da escassez de capital, da falta de tecnologia e da política de preços.

O diagnóstico revela que a pecuária apresentou um decréscimo do rebanho bovino no período 1970/1973; a cultura da cana-de-açúcar, a rizicultura e demais culturas agrícolas apresentam baixa produtividade e dificuldades de comercialização, além de permanecer o problema de escoamento da produção, em virtude das condições das estradas vicinais. Isso demonstra que as ações previstas no I PLAN-RIO não atingiram seus objetivos, visto que, em seu escopo, apresenta programas e projetos que objetivam incrementar o setor agropecuário da região e o

diagnóstico do PDESRJ-1980/1983 revela um decréscimo na produção agropecuária.

O plano apresenta uma expectativa de que a cafeicultura na região seria revitalizada por meio do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais que estaria sendo implantado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC).

As atividades industriais da região permanecem vinculadas à agropecuária, principalmente, aos derivados da cana-de-açúcar. Entretanto, em Itaperuna destaca-se a indústria de laticínios. A região ainda possuía unidades de produção do beneficiamento do arroz, de transformação da mandioca em farinha, de exploração de calcário e fabricação de cimento.

O setor de serviços foi considerado pouco representativo. Por apresentarem fontes de águas minerais, os municípios de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua são citados. Contudo, apresentam precária infra-estrutura de turismo.

Devido ao fraco desempenho econômico-social da região, pretende-se reativar o Programa Especial do Norte Fluminense e pleitear, junto ao Governo Federal, o estabelecimento de incentivos fiscais semelhantes aos recebidos pelo Estado do Espírito Santo.

Os objetivos do PDESRJ-1980/1983 para o NOF eram (PDESRJ-1980/1983, 1979, p.166):

- Promover o desenvolvimento da atividade agroindustrial;
- Elevar a participação da Região na economia estadual e nacional;
- Dotar os centros urbanos de infra-estrutura visando a uma maior integração econômica-social inter e intra-regional;
- Incentivar a adoção de medidas que visem à proteção do equilíbrio ecológico.

Visando atingir aos objetivos propostos, os esforços seriam concentrados na modernização do setor agropecuário para proporcionar a elevação da produtividade e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

A execução dos planos se daria por meio da implantação de vários programas de ação integrada para o conjunto dos municípios. Os programas envolveriam organismos estaduais, federais e municipais. A análise das ações previstas nos programas revela que não há diferenças substanciais entre o I PLAN-RIO e o PDESRJ-1980/1983.

Tendo em vista que o plano em questão determinou a concentração de esforços no desenvolvimento do setor agropecuário do NOF, a presente pesquisa

passou a enfatizar o capítulo que tratou da valorização das atividades produtivas no que tange à agropecuária e abastecimento.

As ações do setor foram planejadas por meio de seis programas e cinco projetos especiais (PDESRJ-1980/1983, 1979, p. 201-316):

Programas:

a) Pesquisa Agropecuária: realizada pela PESAGRO-RIO objetivando o melhoramento genético; o aumento do rendimento e da rentabilidade da produção agrícola; a elevação do padrão sanitário; o estabelecimento de técnicas mais rentáveis de alimentação, manejo e reprodução animal; o diagnóstico de patologias animais; o desenvolvimento de técnicas de combate a pragas e doenças dos animais e vegetais; a avaliação de tecnologias e insumos a serem utilizados na produção; a determinação dos veículos de comunicação e divulgação mais eficazes junto ao produtor rural e a oferta de treinamentos, cursos e assessorias.

b) Produção Vegetal: abrange atividades de apoio, tais como, defesa sanitária, uso de corretivos e fertilizantes, produção de sementes, irrigação e conservação dos solos.

c) Produção Animal: envolve atividades relacionadas à defesa sanitária, inspeção e classificação de produtores e melhoramento de rebanhos.

d) Abastecimento: realiza estudos e pesquisas visando melhorar a eficiência dos sistemas de comercialização, de padronização e de classificação; oferece informações corretas sobre o mercado quanto a cotações e suprimentos; a formação de estoques reguladores; e a implantação, modernização e ampliação das facilidades de abastecimento. Prevê, ainda, que a iniciativa privada amplie a rede de armazéns, silos, unidades de conservação e de transformação agroindustrial.

e) Desenvolvimento de Recursos Naturais Renováveis: compreende atividades de reflorestamento e/ou florestamento e a implantação de Parques Florestais e Reservas Biológicas.

f) Promoção e Extensão Rural: envolve atividades de fortalecimento do cooperativismo (fomento e assessoramento técnico-administrativo às cooperativas), a extensão rural (assistência técnica e crédito rural educativo) e a promoção agrária (transferência de tecnologia; políticas agrícolas; apoio a programas de educação sanitária, de alimentação e habitação rural e incentivo à organização das comunidades rurais).

Projetos Especiais:

a) Prodevárzeas: envolve um conjunto de ações integradas por parte dos governos federal e estadual visando o aproveitamento hidroagrícola da região Norte Fluminense.

b) Prodevale (não envolve os municípios do atual NOF).

c) Pólos agrometropolitanos (não envolve os municípios do atual NOF).

d) Proflora: prevê a definição de áreas prioritárias para florestamento e reflorestamento e a implantação de distritos florestais, além do estímulo à exploração florestal por meio de incentivos fiscais e crédito específico e a implantação e manutenção de estruturas de apoio ao seu desenvolvimento.

e) Propesca (não envolve os municípios do atual NOF).

Quanto aos setores secundário e terciário, o PDESRJ-1980/1983 não apresenta ações específicas destinadas aos municípios do NOF.

### 3.3 GOVERNO LEONEL DE MOURA BRIZOLA (1984/1987)

O capítulo introdutório do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro 1984/1987 (PDESRJ-1984/1987) faz uma breve referência aos estudos realizados para a elaboração do I PLAN-RIO, do PDESRJ – 1980/1983 e aos problemas enfrentados pelo Estado do Rio de Janeiro no período em questão. Considera que, por meio da campanha eleitoral, os então candidatos, seus partidos e a imprensa, teriam divulgado, amplamente, esses problemas e pondera que não haveria necessidade de um novo diagnóstico, tendo em vista que todos já os conheceriam.

A partir daí, o texto apresenta uma crítica ao modelo econômico vigente e um panorama geral do RJ nos anos 1980, e, mais uma vez, se destaca a grande concentração de renda, o crescimento espacialmente desequilibrado e o predomínio do urbano sobre o rural. Devemos ressaltar que, o então governador Leonel Brizola foi o primeiro governador eleito por meio do voto popular, após vinte anos de ditadura militar e que o mesmo esteve exilado enquanto vigorou a repressão aos opositores do regime. Assim, representava a esperança de mudança e o plano elaborado em seu governo enfatizava a importância da participação popular.

Tendo em vista que o objeto de estudo da presente pesquisa é o desenvolvimento do NOF e que os planos anteriores deram ênfase ao desenvolvimento do setor agropecuário, enfatizamos as informações apresentadas sobre o referido setor.

[...] o Rio de Janeiro não acompanha as principais tendências a nível nacional, que foram a expansão acelerada de culturas voltadas para a exportação ou para o suprimento de matéria prima a indústria, no curso de um processo de concentração da propriedade e de modernização tecnológica. No nosso caso, o complexo monocultor de Campos e a pecuária de baixa produtividade se firmaram paralelamente a um contínuo esvaziamento econômico, social e político do interior e uma redução de importância relativa das lavouras alimentares básicas. [...] (PDESRJ - 84/87, 1983, p. 3)

Indica que, transcorridos oito anos desde a elaboração do I PLAN-RIO, o quadro do setor agropecuário no RJ mantém-se decadente. Visando a recuperação do RJ, em termos gerais, o plano propõe a participação da sociedade, que seria ouvida em seus anseios e, a partir deles, seriam formuladas propostas para ação.

Os responsáveis pela elaboração do plano consideraram que os dois planos anteriores possuíam um estilo tecnocrático e que teriam a pretensão de induzir os rumos da sociedade. Além disso, que a implementação das propostas foi, sistematicamente, dificultada pelas debilidades dos mecanismos de acompanhamento e controle, e pela incapacidade de tratar a máquina administrativa (PDESRJ - 1984/1987, 1983, p.11). Assim, a proposta foi de reconhecer a importância do planejamento, mas enfatizando a necessidade de que este seja flexível, permanente e sistematicamente revisto. Para tanto, consideram que tão importante quanto o planejamento é o seu controle, que o Estado deveria se preocupar mais em planejar a si mesmo e menos a sociedade, e que o planejamento deveria ser participativo.

Mais uma vez, é dada ênfase à necessidade de um desenvolvimento econômico e social equilibrado considerando-se que havia importância estratégica nas políticas de: zoneamento urbano e econômico; privilégios às micro, pequenas e médias empresas; e desenvolvimento regional - concentrando-se no interior do estado.

O destaque dado ao interior do estado apresenta ainda que

[...] A linha mestra desse fortalecimento do interior deve ser uma política agrícola definida, voltada para o pequeno agricultor ou criador, para a produção de alimentos e para a instalação de uma sólida estrutura de comercialização e beneficiamento dos produtores na própria região. (PDES RJ - 1984/1987, 1983, p. 29-30)

O plano revela que, apesar de a agropecuária representar uma pequena parcela da renda interna do Estado, ela possui uma grande importância e que teve um aumento significativo na participação da renda interna estadual, passando de 1,54%, em 1970, para 2,4%, em 1980. Além disso, há a substituição de antigas culturas - como o café, a cana e a laranja - por lavouras de hortigranjeiros e pecuária de pequenos animais, de mão-de-obra mais intensiva e mais capazes de gerar efeitos multiplicadores em nível local.

O diagnóstico do setor de agricultura e abastecimento revela a desarticulação do setor caracterizado pela diminuição das áreas ocupadas por lavouras e substituídas por pastagens extensivas, além da baixa produtividade e da degradação dos ecossistemas, oriunda de um processo de ocupação predatório, sem a preocupação de utilização de práticas de conservação. Apresenta ainda, a estimativa de que o Estado tenha produzido, em 1975, aproximadamente, 32,4% dos gastos com alimentação de sua população, necessitando, portanto, de importar alimentos, o que reforça a necessidade de se recuperar a agropecuária fluminense para a economia estadual, bem como contribuir para a desconcentração urbana, o fortalecimento do interior e a melhoria da qualidade de vida. Para tanto, propõe uma reestruturação da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento e o estabelecimento de uma política agrícola clara e definida, pelos órgãos a ela vinculados, e apresenta as diretrizes dessa política: a) mobilização dos pequenos e médios produtores para a produção de gêneros básicos e a articulação do Governo por meio dos mecanismos que privilegiem a comercialização, a organização rural (com ênfase no cooperativismo), a assistência técnica e creditícia e a garantia de acesso à propriedade da terra; b) fortalecimento econômico e social do interior por meio de ações integradas entre as diversas secretarias do governo estadual, bem como, a articulação com o governo federal; c) ampliação da participação do Estado na proteção dos recursos naturais renováveis por meio da defesa das reservas florestais e implementação de um programa de reflorestamento; d) aparelhamento do Estado para uma ação efetiva na área de abastecimento por meio de auxílios às

cooperativas; e) fortalecimento do cooperativismo como unidade básica de organização rural.

Em observância às diretrizes do PDESRJ-1984/1987 são apresentadas as diretrizes que nortearão os programas de trabalho no âmbito da agricultura e do abastecimento alimentar:

1. Pesquisa Agropecuária (por meio da PESAGRO) - prioridade para os produtos de abastecimento alimentar, como o leite, hortigranjeiros, pesca e criação de pequenos animais, além daquelas voltadas à diversificação das lavouras, indicando a consorciação destas com cultivos tradicionais e destacando os projetos de irrigação na baixada de Campos; adequação das pesquisas às condições sócio-econômicas da agropecuária fluminense.
2. Assistência Técnica (EMATER-Rio) e Creditícia (BANERJ) - reconhece a importância da EMATER-RIO, por estar presente na maioria dos municípios fluminenses, e tem como orientação geral priorizar os pequenos e médios produtores por meio de: difusão de tecnologia agropecuária e gerencial visando o aumento da produtividade; estímulo ao associativismo formal (cooperativas e sindicatos) e informal (grupos de produtores e donas de casa, comissões comunitárias, etc.); assistência técnica direta às cooperativas (reaparelhamento, diversificação, repasse de crédito e apoio gerencial); dinamização e/ou implantação de infraestrutura de serviços (escolas, postos de saúde, etc.); formação de Conselhos Comunitários; definição de uma política de financiamento da produção compatível com as prioridades escolhidas envolvendo EMATER e BANERJ.
3. Serviços e Insumos Agropecuários (Empresa de Serviços e Insumos Básicos (SIAGRO-Rio)) – a implementação da política de produção agropecuária deve estar ancorada na empresa de serviços e insumos agrícolas do Estado (SIAGRO-Rio) por intermédio de: recuperação e ampliação da Patrulha Mecanizada, para serviços agrícolas; plena ativação da Fazenda Estadual de Italva procurando tornar viável a exploração das jazidas de calcário; investimento na multiplicação de sementes e mudas; retomada da produção de vacinas de uso veterinário



pelo Instituto Vital Brazil; aproveitamento da estrutura de armazenamento de propriedade da SIAGRO em colaboração com as cooperativas.

4. Política Agrária – considera-se que, apesar de a estrutura agrária do RJ ser composta, em sua maioria, por pequenos produtores rurais, ainda havia muita concentração (aproximadamente 21% das terras eram ocupadas por estabelecimentos de mais de 1.000 ha em 1980) e que os mesmos apresentavam elevado grau de subutilização das terras. Assim, o plano considera fundamental incorporar uma maior quantidade de terras ao processo produtivo por intermédio da identificação e discriminação de terras devolutas estaduais para garantir a apropriação das mesmas e proceder ao assentamento de pequenos agricultores; discriminação do Parque Estadual do Desengano no Norte do Estado; aproveitamento das terras ociosas no vale dos rios São João, Macaé, São Pedro, Imbé, Macacu e Magé; apoio às iniciativas dos trabalhadores rurais, por meio de seus sindicatos, visando dirimir conflitos sociais no campo.
5. Recursos Naturais Renováveis - a ocupação do território fluminense se deu sem nenhuma preocupação com a preservação ambiental. Em face disso, o plano considera importante a intensificação da ação fiscalizadora do Estado, assim como, a efetiva preservação das reservas florestais.
6. Comercialização e abastecimento – objetivando a regularização do suprimento de alimentos, a manutenção e preços que estimulem a produção e a redução das margens de comercialização praticadas pelos atacadistas em uma situação de oligopólio, o plano propõe as seguintes diretrizes: estímulo à presença dos produtores agrícolas do Estado no mercado, por meio de cooperativas; uma presença mais efetiva do setor público por meio da normalização e fiscalização do comércio; retomada da participação do Estado em programas de venda de alimentos para populações de baixa renda.
7. Ampliação da disponibilidade de leite – o panorama apresentado pelo plano revela que a produção Estadual de leite é insuficiente para suprir a demanda e que a produção nacional tem se mantido estável, ou declinante. Esse cenário é decorrente de uma política de contenção de preços reais pagos aos produtores visando à adequação destes ao poder aquisitivo da população, acompanhada de um aumento no preço dos

insumos para a pecuária leiteira, o que transforma a cultura da pecuária de abate em mais lucrativa. O plano considera, então, que, para reverter esse quadro seria necessária uma política de distribuição de renda mais eqüitativa, envolvendo, assim, toda a Nação. Visando a ampliação da disponibilidade de leite, propõe a ampliação de distribuição gratuita do alimento; o estímulo à produção estatal; a regularização das importações de outros Estados e a participação do Estado nas campanhas pela revisão da política leiteira estabelecida pelo Governo Federal.

Para a implementação das ações propostas, o plano pressupõe a descentralização administrativa e a regionalização dos programas. Para tanto, prevê a criação de coordenadorias regionais que deverão orientar o trabalho; articular as ações; e promover a integração entre os diversos órgãos e entidades comunitárias. No âmbito de cada coordenadoria, prevê-se a implantação de Programas de Desenvolvimento Rural Integrado envolvendo educação, saúde, transporte, infraestrutura, etc.

No campo da indústria e do comércio considera que a política econômica estadual deve priorizar o fortalecimento da pequena e média empresa, a melhoria do nível e da distribuição da renda e a desconcentração econômica; ressalta a necessidade de o Estado conhecer o seu potencial de produção industrial. sugerindo a implantação do Cadastro Industrial do Rio de Janeiro; e considera fundamental a desconcentração industrial para a atenuação das disparidades regionais e a redução do fluxo migratório em direção à Região Metropolitana.

Para se perseguir este objetivo de regionalização, é importante proceder a um levantamento das potencialidades de cada município, mapeando as disponibilidades locais de matérias-primas, mão-de-obra especializada, alternativas energéticas, economias de escala com atividades produtivas já instaladas [...]. (PDESRJ - 1984/1987, 1983, p. 113)

O plano defende que o fortalecimento do município constitui a chave para reverter o quadro de desigualdade apresentado. Devemos ressaltar que o referido plano foi elaborado em um período de transição que englobou o fim do regime militar e a retomada da democracia, quando o poder estava concentrado nas mãos do

governo federal e havia um forte apelo, não só pela democratização, mas também por maior autonomia administrativa e poder por parte dos Estados e Municípios.

Diante desse cenário, o plano delineia que os representantes dos municípios do Rio de Janeiro estão conscientes da crise econômica vivenciada pelo país, que restringe os investimentos; desejam maior autonomia; responsabilizam a centralização do poder e das decisões pela situação de estagnação econômica do interior; criticam o tratamento desigual dado às regiões, privilegiando a Metropolitana; censuram a falta de integração entre as regiões, ocasionada pela omissão dos Governos Estaduais; demonstram interesse em atuar em conjunto com os Estados e os outros Municípios; almejam serem consultados sobre os investimentos do Estado, no espaço local, e anseiam por soluções simples que atendam às especificidades locais; desejam maior apoio do Poder Legislativo na implementação dos planos; e responsabilizam a falta de integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais pela inadequação das propostas às demandas municipais e regiões.

Quanto ao critério de divisão do Estado em Regiões-programa, o plano considera que a mesma é, essencialmente, teórica, a partir da concepção de pólos de desenvolvimento e que não surte efeitos porque não tem a participação dos municípios.

Tendo em vista a valorização das questões regionais, o fortalecimento dos municípios na definição e implementação das políticas e a necessidade de descentralização das ações dos órgãos estaduais, o espaço territorial não deve ser visualizado através de uma regionalização estática, traduzida apenas num mapa. Pelo contrário, deve refletir, por um lado, a distribuição do trabalho dos órgãos do Estado em sua especificidade e, por outro, a identificação de problemas e iniciativas comuns, a partir dos próprios municípios. Fora deste critério, a regionalização apriorística, assume um caráter meramente formal. (PDESRJ - 1984/1987, 1983, p. 165)

Observa-se, nesse trecho, um perfil institucionalista dos elaboradores, visto que consideram que só o fortalecimento da estrutura dos órgãos estatais e a participação popular podem, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento regional.

### 3.4 GOVERNO MOREIRA FRANCO (1988/1991)

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro 1988/1991 (PDESRJ – 1988/1991) retoma o caráter tecnocrático dos dois primeiros planos. Sua programação foi dividida em setores e, para cada setor, foram definidas as diretrizes que norteiam os programas subdivididos em áreas de programação. Com o objetivo de orientar as ações governamentais visando o desenvolvimento do Estado, o plano estabelece uma modificação na divisão das Regiões-Programa, denominadas Regiões de Governo, por considerar que a estrutura de regionalização vigente, até então, não atendia às especificidades locais. Sendo assim, a Secretaria de Estado de Planejamento e Controle propôs, e a Lei N.º 1.227/1987 que aprovou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991 determinou a nova divisão regional. Assim, as Regiões de Governo passaram a ser oito: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Costa Verde.

De acordo com Cruz (2003), o desmembramento da região NF foi uma conseqüência do processo de *fechamento* da mesma, resultado de uma disputa entre duas representações distintas: uma focada na diversificação produtiva e sua difusão territorial e outra, na monocultura e sua concentração territorial. A disputa se dá em torno da apropriação, uso e destino dos recursos disponibilizados, decisivos para a constituição e reprodução do espaço regional. Contudo, é a segunda que domina e concentra todos os investimentos no entorno de Campos dos Goytacazes.

A década de 80 termina com a fração Noroeste dos municípios da região buscando voz, projeto, representação, reconhecimento e interlocução independente com as autoridades federais e estaduais, promovendo reuniões entre os municípios, criando formas próprias de organização, buscando construir um discurso e uma pauta próprias, ancorados na identidade territorial do Noroeste Fluminense. Afinal de contas, sua identidade produtiva, era baseada na pecuária, na rizicultura e na tradição cafeeira. Era distinta do NF e possuía uma unidade territorial, reforçada pela discriminação promovida por parte elites de Campos na representação e na ação regionalistas. (Cruz, 2003, pág. 238-239)

A desconcentração permanece como tônica de mais um plano, assim como o enfoque dado à agropecuária do NOF. O diagnóstico do setor agropecuário, abastecimento e pesca expõe a contínua perda de posição da agricultura

fluminense, no contexto nacional, e sua incapacidade em acompanhar as transformações por que passou o setor no país nos últimos 20 anos. Essa incapacidade também é relatada por Galvão (1997) que explica os fatores que a determinam, tais como: as condições topográficas limitantes do uso de maquinaria pesada; a estrutura fundiária, baseada em pequenos estabelecimentos – resultando na incapacidade do produtor fluminense em beneficiar-se da política de crédito; inexistência de uma produção em grande escala, voltada ao mercado externo, ou qualquer outra lavoura que se beneficie de subsídios agrícolas específicos.

No que tange especificamente ao NOF o diagnóstico apresenta que

Na Região Noroeste, os municípios de Natividade e Porciúncula apresentam em seu relevo acidentado a mais importante franja cafeeíola do Estado. Já nas várzeas hidromórficas dos municípios mais a oeste intercalam-se a rizicultura (verão) e o pastoreio (inverno). O restante do espaço apresenta-se ocupado pela pecuária e a olericultura. A produção de olerícolas é bastante comercializada no Mercado do Produtor de São José de Ubá [...]. (PDESRJ-1988/1991, 1987, pág. 29)

O objetivo central do plano para o setor é impulsioná-lo e, para tanto, foram fixadas as seguintes diretrizes: aumento da produtividade e crescimento do valor agregado; expansão da oferta de alimentos, visando o mercado interno estadual; fortalecimento de atividades que fixem o homem no campo; promoção de cultivos industriais; melhoria do sistema de circulação e distribuição da produção agropecuária e pesqueira; ação integrada visando o desenvolvimento pesqueiro.

Para proporcionar a consecução das diretrizes, são estabelecidas estratégias que contemplam o incentivo à agricultura empresarial, enfatizando a irrigação; o apoio ao pequeno e médio produtor por meio da ampliação das atividades de assistência e extensão rural, de pesquisas, fornecimento de insumos básicos, mecanização agrícola e infra-estrutura; e o apoio ao desenvolvimento de atividades não-convencionais, como a produção de insumos genéticos.

A previsão do plano pretende que as Regiões Norte e Noroeste sejam as maiores beneficiadas pelas ações do Poder Público no setor supracitado. Dentre as ações voltadas ao NOF, prevê-se considerar as peculiaridades de seu espaço geográfico, privilegiando o aproveitamento hidroagrícola das várzeas e encostas localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Itabapoana e Paraíba do Sul, incluindo, também, parte das sub-bacias do Muriaé, Pomba e Dois Irmãos, permitindo, assim,

a rotação de culturas e a conservação dos recursos de solos e águas. Ao mesmo tempo, apóiam a cultura do café - notadamente nos municípios de Natividade e Porciúncula, e em menor escala, em Itaperuna – por meio de um trabalho integrado com o Instituto Brasileiro do Café (IBC).

No que se refere ao abastecimento e comercialização, considera necessário resgatar a estrutura regional de armazenagem e a recuperação da capacidade instalada ou a implantação de novas unidades. Para tanto, prevê uma articulação entre a Companhia Central de Abastecimento (COCEA), a Empresa de Serviços e Insumos Básicos (SIAGRO) e o Governo Federal.

Além das dificuldades encontradas pelo produtor, o plano apresenta as limitações institucionais das entidades estaduais de apoio, tais como: superlotação em alguns distritos agropecuários, em detrimento de outros, processo manual de controle de dados estatísticos, indisponibilidade de viaturas, imóveis em mal estado de conservação, equipamentos obsoletos ou inexistentes, insuficiência de pesquisas de tecnologias adequadas ao meio produtor fluminense; quadro técnico insuficiente, péssimas condições de funcionamento das máquinas agrícolas, cessão de equipamentos e imóveis para prefeituras e organizações sociais, frota insuficiente e política de *marketing* rural deficiente. Revela, ainda, a deficiente integração com os órgãos da área federal e a inexistência de parcerias com organismos internacionais de financiamento.

Para suplantar os problemas apresentados, prevê programas de reequipamento material e imobiliário; modernização operacional; e articulação interinstitucional na formulação e execução da política agrícola.

Apesar de diagnósticos para o setor turístico já terem identificado as potencialidades das estâncias hidrominerais de Santo Antônio de Pádua e Itaperuna (Raposo), nenhum dos planos prevê ações específicas para os mesmos. As diretrizes do PDESRJ-1988/1991 prevêem que as ações atenderão às peculiaridades locais, visto que o turismo é realizado em cada município. Prevê, ainda, a criação de pólos turísticos no RJ, contudo, o NOF não é citado entre os pólos. Podemos inferir que, no que tange ao turismo, o NOF permanecerá vinculado ao NF.

## 4 O NOROESTE FLUMINENSE NA ATUALIDADE

A presente dissertação não pretende enveredar pelo caminho da discussão do conceito de região. O recorte utilizado pretende apenas apresentar os conceitos diretamente ligados aos objetivos da pesquisa.

Para compreendermos o que é região, devemos partir da concepção de que o espaço social é constituído em função da urbanização que é moldada para atender à produção capitalista. Esse “modelo” capitalista de formação do espaço produz e reproduz práticas sociais que se transformam na própria maneira de viver e de ocupar o espaço. Sendo assim, o ambiente construído reflete essa produção - as construções, os monumentos, etc., passam a ser moldados de acordo com as condições históricas e econômicas. Dependendo de como esse espaço foi construído e de como os atores que nele interagem se apropriaram do mesmo, teremos uma carga de possibilidades inscrita no espaço social e as lutas de classe serão travadas no próprio espaço social. Esse espaço produz símbolos que refletem a própria cultura daquele espaço social construído. (Lefebvre; 1997 apud Cruz, 2003)

Assim, as regiões seriam espaços sociais construídos a partir do modo de ocupação que o ser humano realizou. Para se construir uma região não basta que haja uma legislação que a determine. A região não é composta, apenas, pelo território. É fruto das conquistas e das perdas de seus habitantes.

Essas lutas moldaram os prédios, os monumentos, as tradições, que podem também constituir-se em símbolos que representam a região, sua história e sua trajetória.

O termo região não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é dos mais tradicionais em geografia. Tanto num como no outro caso, o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da idéia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si. (CORRÊA, 2007, p. 22)

Há muitas maneiras de se analisar a região. De acordo com Rochefort (1998), a região natural caracteriza-se pelas condições do meio físico que marcam, mais nitidamente, o conjunto da paisagem; a região histórica resulta da influência progressiva do homem sobre o espaço; as regiões agrícolas, industriais ou econômicas relacionam-se às atividades predominantes em determinada área de estudo; e as regiões urbanas constituem-se em porções do espaço, marcadas pela expansão de grandes cidades vizinhas, em que o elemento dominante é o tecido urbano ou suburbano.

Observa-se que o conceito de região está diretamente ligado a uma área de interesse, e que o mesmo evoluiu ao longo dos tempos. De acordo com Gomes (1995, p. 53-54) a região tem, entre outros, um sentido de unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce, freqüentemente, a hierarquia e o controle na administração dos Estados. O tecido regional é, constantemente, a malha administrativa fundamental que define competências e os limites das autonomias dos poderes locais na gestão do território dos Estados modernos. Assim, a determinação das divisões territoriais regionais muda a partir de diversos fenômenos.

Nesse contexto, o NOF constitui-se em uma Região de Governo do Estado do Rio de Janeiro determinada, a partir da divisão regional estabelecida pela Lei N.º 1.227/1987, que aprovou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991. A região é composta por treze municípios, contando com um total de 307.032 habitantes, o que corresponde a 2% da população do Estado do Rio de Janeiro, como mostra a Tabela 2.



Tabela 2  
Municípios que compõem a Região Noroeste Fluminense: pessoas residentes em 2007, Área, Densidade demográfica, Data de Instalação dos Municípios

Município	Pessoas Residentes	Área Total (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica	Data de Instalação
Aperibé	8.820	88,78	99,35	01/01/1993
Bom Jesus do Itabapoana	33.888	598,40	56,63	01/01/1939
Cambuci	14.368	561,74	25,58	13/04/1893
Italva	13.645	296,17	46,07	31/12/1986
Itaocara	22.069	428,44	51,51	01/01/1891
Itaperuna	92.852	1.105,57	83,99	04/07/1889
Laje do Muriaé	7.769	250,52	31,01	31/01/1963
Miracema	26.231	303,35	86,47	03/05/1936
Natividade	14.930	387,03	38,58	22/08/1947
Porciúncula	17.178	302,20	56,84	22/08/1947
Santo Antônio de Pádua	40.145	611,98	65,60	26/02/1883
São José de Ubá	6.829	250,60	27,25	01/01/1997
Varre-Sai	8.308	188,77	44,01	01/01/1993
<b>Total Noroeste Fluminense</b>	<b>307.032</b>	<b>5.373,55</b>	<b>57,14</b>	
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>15.420.375</b>	<b>43.696,054</b>	<b>352,90</b>	

Fonte: IBGE. Contagem Populacional 2007 e IBGE Cidades@

A formação econômica dos municípios que a compõem deu-se com base na agricultura – notadamente a cana-de-açúcar e, a partir do final do século XIX, do café. De acordo com Galvão (1997)

Se na região do Vale Médio do Paraíba a cafeicultura encontrava-se em declínio, no norte fluminense esta atividade começava a se expandir, tornando-se a principal área produtora do Estado na década de 20. Organizada com base no trabalho livre e na pequena produção, diferentemente das áreas do Vale do Paraíba, a cafeicultura do noroeste fluminense não viveu o esplendor e a grandeza dos tempos áureos do café daquela região. Contudo, representou o café importante elemento da economia local e fator de atração populacional até a primeira metade deste século. (GALVÃO. 1997. pág. 2)

Atualmente, a análise da composição do PIB, em valores correntes a preços básicos para o ano de 2004, revela que prevalece uma grande concentração na formação do PIB na Região Metropolitana como mostra a Figura 1, e que o NOF é a região mais pobre do Estado do Rio de Janeiro. Seu PIB contribui apenas com 0,71% do PIB estadual. O PIB *per capita* do NOF é de R\$ 4.438,50, muito inferior ao PIB *per capita* do RJ que é de R\$15.357,00. Sua área é de 5.385,6 km<sup>2</sup> - aproximadamente 12,28% da área total do Estado do Rio de Janeiro. (CIDE, 2004)

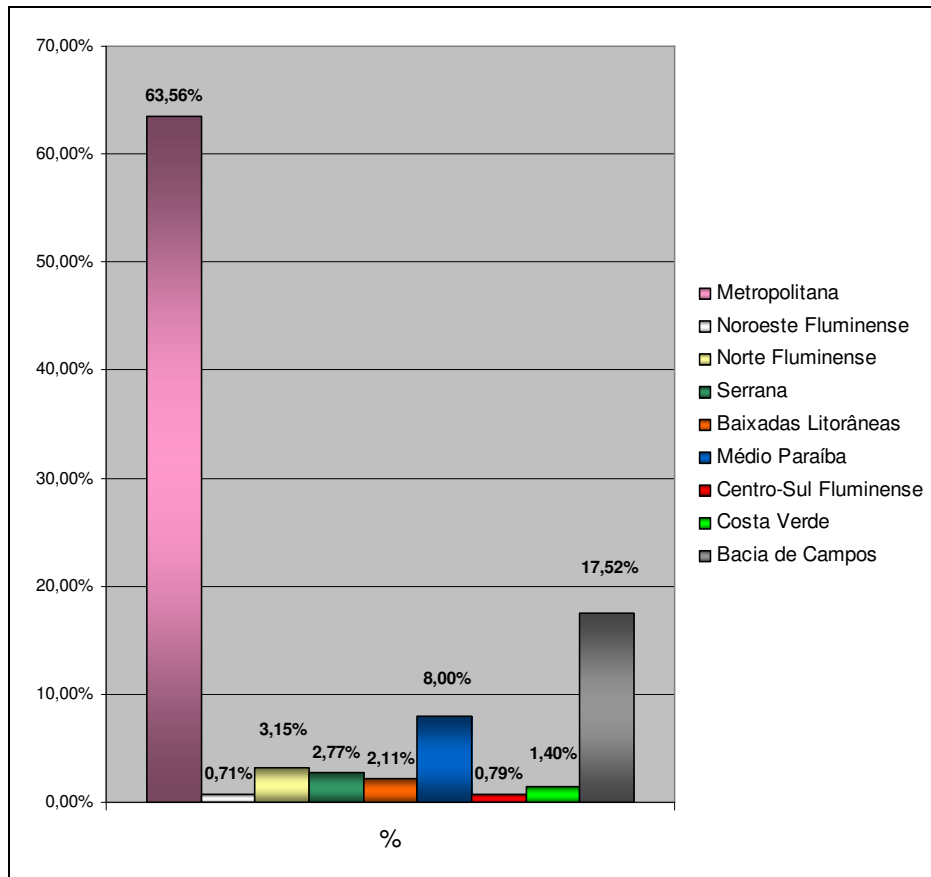


Gráfico 1: Percentual de distribuição do PIB entre as Regiões de Governo do RJ - 2004  
Fonte: Banco de Dados Municipais (Fundação CIDE).

O fraco desempenho da economia do NOF, e de outras regiões do RJ, reflete também a sua inexpressiva representação política no contexto estadual. Essa observação é relatada por Galvão (1997)

O quadro de semi-estagnação e de pouco dinamismo que se observa em grande parte do interior fluminense reflete, de certo modo, o reduzido impacto que as políticas de integração sócio-econômica dos dois estados, postas em prática pelas administrações posteriores à fusão, tiveram para o conjunto do território fluminense. Sobressai como argumento chave para o entendimento desta problemática o peso político e econômico da cidade do Rio de Janeiro face a um estado que se ressentia de forças políticas capazes de alocar nele recursos públicos e que possui pequena expressão econômica no contexto nacional. (GALVÃO. 1997. pág. 46)

Como resultado desse quadro, os municípios do NOF permanecem altamente dependentes das transferências da União, do Estado e dos *royalties* para seu sustento como mostra a Tabela 3.

Tabela 3  
Municípios que compõem a Região Noroeste Fluminense: Receitas Correntes - 2006

Município	Receitas Correntes					Transferências Correntes			
	Tributária	Patrimonial	Contribuição	Serviços	Outras	Estado	União	Royalties	
Aperibé	1,3%	1,8%	3,3%	1,4%	4,3%	40,8%	27,3%	19,8%	
Bom Jesus do Itabapoana	7,3%	0,3%	1,5%	3,2%	1,0%	38,8%	30,8%	16,9%	
Cambuci	2,6%	1,4%	2,2%	0,6%	1,0%	44,0%	27,0%	21,3%	
Italva	2,3%	4,6%	3,3%	0,0%	0,5%	42,6%	25,0%	21,6%	
Itaocara	3,9%	1,4%	3,7%	0,0%	0,5%	37,2%	34,8%	18,4%	
Itaperuna	11,1%	1,0%	3,5%	0,0%	2,4%	45,6%	24,9%	11,6%	
Laje do Muriaé	1,1%	0,4%	0,8%	4,2%	1,2%	44,5%	23,4%	24,4%	
Miracema	3,5%	2,5%	5,4%	0,0%	3,8%	37,1%	30,7%	16,9%	
Natividade	2,5%	5,7%	3,0%	2,3%	2,3%	40,2%	25,4%	18,5%	
Porciúncula	3,6%	7,7%	3,9%	0,0%	1,9%	36,9%	28,7%	17,2%	
Santo Antônio de Pádua	7,0%	0,4%	3,8%	0,1%	4,0%	44,6%	24,0%	16,1%	
São José de Ubá <sup>3</sup>	2,3%	1,1%	0,0%	0,0%	0,5%	49,8%	19,3%	26,9%	
Varre-Sai	1,0%	0,2%	0,6%	0,0%	2,7%	51,6%	18,9%	24,9%	

Fonte: Perfil Sócio-Econômico 2007 (TCE-RJ, 2007)

A dependência das transferências não é uma característica apenas da região Noroeste, contudo, o NOF e o NF são as regiões do RJ mais dependentes das transferências. Tomando por base as informações do Perfil Sócio-Econômico 2007 (TCE-RJ, 2007), e calculando a média aritmética simples da taxa de dependência de cada região que compõe o RJ, observamos o seguinte resultado: Costa Verde (70%), Baixadas Litorâneas (77%), Metropolitana<sup>4</sup> (78%), Médio Paraíba (79%), Centro Sul (85%), Serrana (87%), Norte e Noroeste (88%). Ressalta-se que o município menos dependente do estado é Niterói (47%), sendo o único com índice inferior a 60%.

Na maioria dos municípios do NOF, a partir de 1988 percebe-se que há uma espécie de “revezamento” entre as lideranças políticas que assumem o poder. Em Itaperuna - importante pólo regional - foram prefeitos nos últimos 25 anos: Cláudio Cerqueira Bastos (1983/1988; 1993/1996); Péricles Olivier de Paula (1989/1992; 1997/2000; 2000/2004) e Jair Siqueira Bittencourt (2005/2008). E no pleito de 05 de outubro de 2008 foi reeleito o Sr. Cláudio Cerqueira Bastos. Deve-se ressaltar que no Brasil, notadamente nas cidades do interior do Estado, há pouca preocupação – por parte do eleitor – com a sigla partidária à qual o candidato está vinculado. Ele é

<sup>3</sup> O TCE-RJ não divulgou o Perfil Sócio-Econômico do Município de São José de Ubá em 2007, portanto utilizamos os dados do Perfil de 2006 que apresenta os valores de 2005.

<sup>4</sup> O município do Rio de Janeiro não está incluso na comparação tendo em vista que não há informações relativas ao mesmo no Perfil Sócio-Econômico 2007.

eleito com base em sua força política local. Sendo assim, torna-se comum a mudança de partido e coligações impensáveis no cenário nacional, como exemplo, entre PT e PSDB, ocorrida no município de Bom Jesus do Itabapoana nas eleições municipais de 2004.

#### 4.1. O NOROESTE NO ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS (IQM) – POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Conforme Oliveira (2001), a ONU vem tentando recuperar a carga semântica do termo desenvolvimento por meio do índice de “desenvolvimento humano”, no qual as dimensões qualitativas são predominantes. Nessa perspectiva, a Fundação CIDE publicou, em 1998 e 2005, o Índice de Qualidade dos Municípios (IQM) – Potencial para o desenvolvimento, com o intuito de oferecer subsídios aos gestores municipais e estaduais para a promoção de políticas públicas visando o desenvolvimento mais equilibrado para o Estado do Rio de Janeiro (CIDE, 2005)<sup>5</sup>. Os municípios foram analisados quanto à: centralidade e vantagem locacional; qualificação da mão-de-obra; riqueza e potencial de consumo; facilidades para negócios; infra-estrutura para grandes empreendimentos; dinamismo e cidadania. Os resultados são ordenados de modo a estabelecer um *ranking* que reflete as condições dos municípios para o desenvolvimento permitindo uma comparação entre os mesmos. Entretanto, a metodologia utilizada para a construção do IQM ressalta que as mudanças de colocação, ascendentes e descendentes, não implicam necessariamente a piora ou melhora de suas condições, visto que refletem alterações nas posições relativas dos municípios entre si (*Idem*). A classificação do IQM-*Ranking* dos municípios do NOF encontra-se na Tabela 4.

---

<sup>5</sup> Para obter mais informações sobre o IQM ver: Fundação CIDE. **Índice de Qualidade dos Municípios**. Disponível em <<http://www.cide.rj.gov.br/cide/secao.php?secao=8>> Acesso em 19 de maio de 2008.

Tabela 4  
*Ranking* dos Municípios do Noroeste Fluminense no IQM - 1998/2005

Municípios	1998		2005		Diferença 1998-2005
	Valor	Ranking	Valor	Ranking	
Aperibé	0,2328	43	0,1304	79	-36
Bom Jesus do Itabapoana	0,3514	17	0,3469	26	-9
Cambuci	0,1991	60	0,1444	77	-17
Italva	0,1628	70	0,1518	72	-2
Itaocara	0,2548	35	0,1996	56	-21
Itaperuna	0,2575	34	0,3316	31	3
Laje do Muriaé	0,1145	80	0,1214	80	0
Miracema	0,3459	21	0,2897	37	-16
Natividade	0,2250	50	0,1967	57	-7
Porciúncula	0,2093	58	0,1464	76	-18
Santo Antônio de Pádua	0,3931	10	0,2927	36	-26
São José de Ubá	0,0302	89	0,0269	89	0
Varre-Sai	0,0425	88	0,0213	90	-2

Fonte: Índice de Qualidade dos Municípios (Fundação CIDE, 2005)

Os resultados do IQM-*Ranking* mostram que a maioria dos municípios do NOF perdeu posições entre 1998 e 2005. A região também não possui, atualmente, nenhum município entre os 20 primeiros colocados no *ranking*, e apenas o município de Itaperuna ganhou posições no período analisado. Além disso, entre os 20 municípios que ocupam as últimas posições no *ranking*, 7 pertencem ao NOF.

Outra metodologia de análise adotada para a classificação dos municípios foi a análise multicritério<sup>6</sup> que, ao invés de um *ranking* dos municípios em função de suas condições para o desenvolvimento, qualifica-os em classes ordenadas, permitindo comparar um município com ele mesmo. A análise multicritério utiliza a mesma base de dados para o cálculo do IQM – *Ranking*, contudo, como compara o município com ele próprio, pode apresentar resultados dissonantes aos do IQM – *Ranking*. A referida análise “permite identificar inconsistências não detectáveis pelos métodos que se baseiam em médias ponderadas” (COSTA, 2000, pág. 30). A classificação do IQM-*Multicritério* dos municípios do NOF encontra-se na Tabela 5.

<sup>6</sup> As classes de referência são definidas por limites inferiores e superiores, sendo A para os dez primeiros colocados de cada um dos 37 critérios; B para os que se encontram entre o 11º e o 30º; C para aqueles entre 31º e 62º; D na faixa de 63º a 82º; e E para os dez últimos. A classificação global dos municípios, em uma das cinco classes, foi definida a partir de um algoritmo fundamentado nos conceitos do Auxílio Multicritério à Decisão.

Tabela 5  
Classificação dos Municípios do Noroeste Fluminense pela Análise Multicritério –  
1998/2005

Municípios	Classes	
	1998	2005
Aperibé	C	C
Bom Jesus do Itabapoana	B	B
Cambuci	C	C
Italva	C	C
Itaocara	C	C
Itaperuna	C	B
Laje do Muriaé	D	C
Miracema	C	B
Natividade	C	C
Porciúncula	C	C
Santo Antônio de Pádua	B	B
São José de Ubá	D	C
Varre-Sai	D	D

Fonte: Índice de Qualidade dos Municípios (Fundação CIDE, 2005)

As observações relatadas no IQM, referentes aos municípios pertencentes às classes A e B, ressaltam os avanços obtidos pelos municípios do NOF: “Saltam aos olhos os resultados obtidos por Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Miracema” (CIDE, 2005). O estudo mostra também que Laje do Muriaé e São José de Ubá melhoraram sua classificação – de D para C.

#### 4.2 O NOROESTE E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Todos os planos de desenvolvimento econômico citados no segundo capítulo apresentaram propostas de investimentos e ações visando o aumento e o aperfeiçoamento da produção agrícola no NOF. Por isso, julgamos pertinente apresentar algumas informações relacionadas à mesma com o intuito de verificar os resultados obtidos.

Em 2003, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) divulgou o Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado Zoneamento Agroecológico do Estado do Rio de Janeiro – Ano 2003. O Referido estudo tem como objetivo geral “o fornecimento de subsídios técnicos para a execução de políticas públicas para fixar o homem ao campo, de forma econômica e ecologicamente viável, buscando o desenvolvimento sustentável do território fluminense” (Lumbreras, 2003, pág. 15).

De acordo como Lumbreras (2003), apesar da pequena extensão territorial, o Rio de Janeiro apresenta grande variedade ambiental. A análise utilizou como indicadores a “vulnerabilidade das terras, o potencial de produção agrícola sustentável e a legislação ambiental vigente”. O estudo não utiliza a mesma divisão político-administrativa adotada na presente pesquisa. Baseia-se em Domínios Geoambientais (DG) obtidos do mapa geoambiental (Dantas *et al.*, 2001 in Embrapa, 2003, pág.18), devidamente adequados ao mapa de solos (Carvalho Filho *et al.*, 2003a In Lumbreras, 2003, pág.18). Sendo assim, os municípios que compõem o NOF estão inclusos em dois Domínios Geoambientais: Norte-Noroeste Fluminense (Aperibé, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá) e Planalto do Alto Itabapoana (Bom Jesus do Itabapoana, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai). Visando adequar os subsídios do boletim à presente pesquisa, os dados dos dois Domínios Geoambientais serão apresentados em conjunto obedecendo à divisão político-administrativa adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Os dados referentes à produção, área plantada e produtividade das principais culturas no NOF estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6  
Principais culturas no Noroeste Fluminense – 1997/2001

Lavoura Temporária	Continua					
	Produção		Área Plantada		Produtividade	
	Média (1997 a 2001)	TGC <sup>7</sup>	Média (1997 a 2001)	TGC	Média (1997 a 2001)	TGC
Rio de Janeiro	15.227	-14,05	5.173	-14,37	2,93	0,38
Aperibé	31	-6,91	11	-9,12	2,68	2,43
Cambuci	1.630	5,00	530	2,50	3,08	2,44
Italva	700	-20,67	250	-13,96	2,75	-7,79
Itaocara	355	4,51	136	0,77	2,60	3,71
Itaperuna	2.612	-46,73	976	-40,42	2,30	-10,59
Laje do Muriaé	700	-24,74	280	-24,74	2,50	0,00
Miracema	598	-16,07	142	-16,06	422,00	-0,01
Santo Antônio de Pádua	1.428	-14,63	476	-14,63	3,00	0,00
São José de Ubá	1.008	24,07	262	22,82	3,56	1,01
Rio de Janeiro	116.071	-37,74	1.111	-5,17	100,67	-34,35
Cambuci	1.200	0,00	60	0,00	4,00	0,00
Itaocara	220	sem dados	6	sem dados	64,00	sem dados
Itaperuna	1.540	-18,07	11	-3,93	122,00	-14,72
Laje do Muriaé	1.400	-34,02	9	-34,02	128,00	0,00
Miracema	225	sem dados	6	sem dados	55,27	sem dados
Santo Antônio de Pádua	426	0,00	20	0,00	4,26	0,00

<sup>7</sup> Taxa Geométrica de Crescimento

Tabela 6  
Principais culturas no Noroeste Fluminense – 1997/2001

Lavoura Temporária		Produção		Área Plantada		Produtividade		
		Média	TGC	Média	TGC	Média	TGC	
		(1997 a 2001)		(1997 a 2001)		(1997 a 2001)		
Miho (em grão) (Tonelada)	Rio de Janeiro	33.087	-7,46	16.950	-5,97	1,95	-1,58	
	Aperibé	21	33,03	12	47,58	1,86	-9,86	
	Bom Jesus do Itabapoana	1.732	10,67	866	10,67	2,00	0,00	
	Cambuci	891	6,70	498	7,25	1,79	-0,51	
	Italva	748	-4,78	374	-4,78	2,00	0,00	
	Itaocara	266	6,62	148	6,62	1,80	0,00	
	Itaperuna	2.980	-5,18	1.490	-5,18	2,00	0,00	
	Laje do Muriaé	346	-4,59	194	-5,06	1,79	0,50	
	Miracema	920	-6,52	344	-7,22	2,68	0,76	
	Natividade	754	-23,95	335	-23,68	2,25	-0,35	
	Porciúncula	894	-15,52	458	-17,00	1,97	1,78	
	Santo Antônio de Pádua	668	-34,26	331	-16,71	1,78	-21,07	
	São José de Ubá	881	-20,53	380	-7,37	2,28	-14,21	
	Varre-Sai	867	-2,92	420	-4,36	2,07	1,51	
	Tomate (Tonelada)	Rio de Janeiro	193.735	-0,06	3.367	-0,27	57,54	0,20
Aperibé		438	30,95	8	28,47	54,00	1,92	
Cambuci		23.338	-2,22	291	-1,30	80,42	-0,93	
Italva		1.187	4,11	19	-6,12	64,00	10,89	
Itaocara		2.940	4,56	49	4,56	60,00	0,00	
Itaperuna		6.420	-16,38	100	-12,56	63,00	-4,36	
Laje do Muriaé		1.044	-37,69	17	-37,69	60,00	0,00	
Miracema		808	-6,33	11	-5,11	76,00	-1,28	
Santo Antônio de Pádua		8.821	7,28	147	7,68	60,22	-0,37	
São José de Ubá		25.200	5,41	399	14,32	66,00	-7,79	
Rio de Janeiro		6.908.935	-7,69	164.372	-1,02	41,99	-6,74	
Aperibé		1.000	0,00	25	0,00	40,00	0,00	
Cambuci		9.720	0,00	360	0,00	27,00	0,00	
Italva		5.500	-13,55	110	-13,55	50,00	0,00	
Cana-de-açúcar (Tonelada)		Itaocara	73.600	0,55	1.840	0,55	40,00	0,00
	Itaperuna	12.000	0,00	300	0,00	40,00	0,00	
	Laje do Muriaé	1.060	-2,82	53	-2,82	20,00	0,00	
	Miracema	1.260	39,04	72	39,04	17,50	0,00	
	Santo Antônio de Pádua	3.827	2,90	125	2,90	30,67	0,00	
	Rio de Janeiro	14.038	2,99	9718	3,48	1,45	-0,47	
	Café (em côco) (Tonelada)	Bom Jesus do Itabapoana	940	0,00	1072	3,29	0,88	-3,18
		Natividade	133	-25,52	178	-21,43	0,77	-5,21
		Porciúncula	2.917	7,73	1905	4,60	1,52	2,99
		Varre-Sai	3.936	1,89	2552	7,76	1,58	-5,45
		Rio de Janeiro	33.087	-6,02	8462	-6,20	0,75	0,20
	Feijão (em grão) (Tonelada)	Bom Jesus do Itabapoana	1.732	-2,79	330	-0,82	0,55	-1,98
		Natividade	754	2,75	331	-5,62	0,58	8,87
		Porciúncula	894	-13,85	404	-3,84	0,67	-10,41
		Varre-Sai	867	18,86	640	17,23	0,83	1,39

Fonte: IBGE (2003) In Lumbreras (2003, pág. 39 e 49)



As observações realizadas por Lumbreras (*Op. cit.*) quanto ao desempenho da agricultura da região mostram que algumas culturas têm boa representatividade em nível estadual, destacando-se as culturas de arroz, milho, tomate e café (Tabela 6). Quanto à sua evolução e produtividade, comenta que

A cultura do arroz, cujo maior produtor é Itaperuna, representa cerca de 66% do total. Entretanto, é importante frisar que a produção de arroz vem sofrendo acentuadas quedas nos últimos anos. Itaperuna, apesar de ser o maior produtor da região, é o município que apresenta a maior taxa geométrica de crescimento negativo em termos de produção e produtividade. (Lumbreras, 2003, pág. 38)

Quando agrupamos a cultura de milho dos municípios do NOF que compõem parte do Domínio Geoambiental Norte-Noroeste Fluminense e o Domínio Geoambiental Planalto do Alto Itabapoana vimos que a mesma representa 36,17% da cultura estadual, sendo Itaperuna o maior produtor. Quanto à sua evolução temos que

A taxa geométrica de crescimento (TGC), [...], é negativa em termos de produção para todos os municípios da região, com a exceção de Cambuci (aumento de 6,7%). A produtividade se manteve constante em alguns municípios como Italva, [...] e Itaperuna, e declinou significativamente em São Antônio de Pádua (21%) e São José de Ubá (14%) [...]. (Lumbreras, *Op. cit.*)

O cultivo do tomate também merece destaque, visto que representa 38% de todo o RJ sendo São José de Ubá e Cambuci os principais produtores.

Estes dois municípios apresentam ainda os maiores rendimentos em termos de produtividade, apesar de São José de Ubá apresentar uma TGC negativa significativamente alta no período entre 1997 e 2001. As demais culturas têm baixos níveis de produção. (Lumbreras, *Op. cit.*)

Nos municípios do NOF a cana-de-açúcar tem pouca expressão, sendo Italva o município que apresenta o melhor rendimento dessa cultura na região. O cultivo de maior destaque é o de café

Cerca de 56% do café produzido no Rio de Janeiro tem sua origem no Alto do Itabapoana, onde o maior produtor é Varre-Sai que em 2001 produziu

pouco mais de 4.000 toneladas [...]. Entretanto, a produtividade na lavoura de café tem diminuído em quase todos os municípios, exceto em Porciúncula onde a produtividade cresceu a uma taxa de 3% no período em análise (1997 a 2001). Considerando a área plantada, o café é a principal cultura da região onde ocupa mais de 6.500 hectares de terras. (Lumbreras, 2003, pág. 49)

Quanto ao rebanho, o efetivo de rebanho bovino no NOF é apresentado na Tabela 7.

Tabela 7  
Efetivo de rebanhos no Noroeste Fluminense – 1997/2001

Tipo de Rebanho	Bovino					
	Ano					
	1997	1998	1999	2000	2001	TGC
Rio de Janeiro	1.837.099	1.881.342	1.866.061	1.959.497	1.976.909	1,89
Aperibé	6.115	7.350	7.350	10.350	10.350	14,97
Bom Jesus do Itabapoana	52.936	53.352	51.150	55.000	60.350	2,97
Cambuci	48.000	48.400	48.400	48.720	48.720	0,38
Italva	23.617	23.490	22.045	22.614	25.886	1,47
Itaocara	33.000	33.000	33.000	36.500	24.500	1,92
Itaperuna	102.587	103.055	9.500	99.264	95.000	-1,89
Laje do Muriaé	19.390	19.750	20.000	18.000	18.127	-2,25
Miracema	25.911	23.543	24.000	25.254	24.362	-0,53
Natividade	26.816	26.900	30.900	33.900	31.093	5,41
Porciúncula	15.518	15.534	18.460	17.000	16.200	1,78
Santo Antônio de Pádua	32.250	39.800	41.000	42.000	53.090	11,08
São José de Ubá	22.629	23.000	23.000	22.700	24.147	1,17
Varre-Sai	7.115	7.187	7.000	7.120	7.350	0,56

Fonte: IBGE (2003) In Lumbreras (2003, pág. 40 e 49)

Em geral, as taxas de crescimento dos rebanhos são pequenas (tanto positivas quanto negativas), exceto em Aperibé e Santo Antônio de Pádua onde os índices chegam a 15% e 11% respectivamente. (Lumbreras, 2003, pág. 39)

A produção de leite no NOF é apresentada na Tabela 8.

Tabela 8  
Produção de leite no Noroeste Fluminense

Leite (mil litros)	Continua					
	Produção		Vacas Ordenhadas		Produtividade	
	Média (1997 a 2001)	TGC	Média (1997 a 2001)	TGC	Média (1997 a 2001)	TGC
Rio de Janeiro	455.906	0,09	381.720	1,27	1,19	-1,16
Aperibé	2.932	3,17	2.572	3,51	1,14	-0,34
Bom Jesus do Itabapoana	12.428	3,58	9.650	5,90	1,30	-2,19
Cambuci	8.640	0,42	6.220	-0,30	1,39	0,72

Tabela 8  
Produção de leite no Noroeste Fluminense

Leite (mil litros)	Conclusão					
	Produção		Vacas Ordenhadas		Produtividade	
	Média (1997 a 2001)	TGC	Média (1997 a 2001)	TGC	Média (1997 a 2001)	TGC
Italva	4.926	2,61	6.546	7,33	0,76	-4,40
Itaocara	9.927	1,55	8.460	-0,02	1,17	1,57
Itaperuna	22.490	0,13	21.710	0,17	1,04	-0,04
Laje do Muriaé	3.372	0,87	3.226	0,20	1,05	0,66
Miracema	5.865	1,40	5.310	-0,60	1,11	2,02
Natividade	7.694	5,57	6.880	5,71	1,12	-0,13
Porciúncula	5.020	0,21	4.236	3,06	1,19	-2,76
Santo Antônio de Pádua	12.678	0,90	9.394	1,49	1,38	-0,58
São José de Ubá	5.584	4,70	4.720	2,11	1,20	2,54
Varre-Sai	1.567	5,28	1.815	17,81	0,91	-10,64

Fonte: IBGE (2003) In Lumbreras (2003, pág. 40 e 49)

Na produção de leite, o NOF contribui com, aproximadamente, 23% da quantidade estadual, destacando-se o município de Itaperuna como o maior produtor leiteiro (Tabela 8). Entretanto, a produtividade de leite fica um pouco abaixo do patamar do RJ que é de aproximadamente 1,19 mil litros por cabeça/ano. Os maiores índices de produtividade regional são encontrados em Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci e Santo Antônio de Pádua. Além disso, a TGC é decrescente em 10 dos 13 municípios do NOF.

#### 4.3 O QUE MUDOU NO NOROESTE FLUMINENSE NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

Oliveira e Natal (2004) procuraram avaliar as condições de vida frente ao desempenho da economia fluminense por meio de um conjunto restrito de variáveis,<sup>8</sup> com o intuito de levantar índices do deslocamento (ou não) das condições de vida do interior fluminense. Verificaram que os aumentos mais intensos do PIB sucederam nos espaços onde a atividade industrial está mais solidificada e que a expansão da economia fluminense, entre 1996 e 2000, deve-se ao desempenho positivo da indústria do petróleo e do segmento metal mecânico. As regiões Noroeste Fluminense e Centro-Sul, não obstante terem apresentado crescimento

<sup>8</sup> Evolução do PIB; taxa de crescimento populacional; taxa de dependência; subemprego; informalidade; taxa de mortalidade infantil; inserção no mercado de trabalho e proporção das pessoas entre 10 e 14 anos que estão fora da escola.

expressivo, possuem uma estrutura econômica menor. Quanto à evolução da taxa média de dependência, verificou-se que a mesma aumentou em todo o RJ, exceto na região Metropolitana e que, nas regiões Centro-Sul e Noroeste, o crescimento menos intenso da referida taxa pode não estar relacionado ao comportamento favorável da economia, pois as regiões também apresentaram menores taxas de expansão populacional. O RJ mantém o processo de precarização do mercado de trabalho registrando uma queda de 30% na participação dos assalariados com carteira assinada, e os índices mais elevados de declínio foram registrados em duas regiões com baixo crescimento econômico – Serrana e Noroeste. Entretanto, o nível de subemprego (proporção de ocupados que recebem até 1 salário mínimo) também decresceu em todas as regiões, tendo apresentado reduções mais marcantes nas regiões menos dinâmicas (redução de 20% no NOF). “Os indicadores analisados até o momento mostraram que, pelo menos sob ótica do mercado de trabalho, os resultados favoráveis da economia não se traduziram em melhoria efetiva da inserção produtiva das populações residentes nas áreas analisadas”. (OLIVEIRA e NATAL, 2004. pag. 559).

Em linguagem livre, contrastando com a acadêmica, o caderno especial organizado pelo Jornal O Globo apresentando os resultados obtidos, após 30 anos de fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, relata a estagnação vivida pela Região Noroeste Fluminense:

Os últimos trinta anos parecem não ter passado pelo Noroeste fluminense. Enquanto o petróleo e os serviços ajudaram a desenvolver parte do estado, os indicadores sociais e econômicos e o perfil climático transformaram a região no novo semi-árido brasileiro. A ponto de o governo do estado tentar incluir os 13 municípios na área de atuação da SUDENE, como acontece com o Nordeste do país e cidades do Espírito Santo e de Minas Gerais. (O Globo, 15/03/2005)

Segundo a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, dez dos treze municípios do Noroeste Fluminense apresentam sintomas de desertificação: erosão, pastagem seca, solo pobre, poucas árvores e escassez de água. Tudo isso, em consequência do desmatamento, com a derrubada da Mata Atlântica para o cultivo do café e da cana; para a produção de carvão e a criação de gado (O Globo, 14/06/1998).

Este quadro de degradação ambiental, aliado aos baixos índices de crescimento dos municípios do Noroeste Fluminense, fazem desta região a mais pobre do Estado do Rio de Janeiro. Como consequência da estagnação, a região vem apresentando baixos índices de incremento populacional como pode ser observado na Tabela 9.

Tabela 9  
População Residente nos Municípios da Região Noroeste Fluminense entre 1950 e 2007

Município	1950	1970	1980	1991	1996	2000	2007
Aperibé <sup>9</sup>	-			-	7.197	8.018	8.820
Bom Jesus do Itabapoana	31.852	29.876	28.733	29.873	31.799	33.655	33.888
Cambuci	38.670	24.591	21.228	21.011	20.714	14.670	14.368
Italva <sup>10</sup>	-			12.764	13.149	12.621	13.645
Itaocara	24.069	22.264	21.310	22.933	23.165	23.003	22.069
Itaperuna	75.011	61.817	64.307	78.000	81.797	86.720	92.852
Laje do Muriaé	11.170	8.538	7.515	7.464	7.562	7.909	7.769
Miracema	18.722	21.370	22.241	25.091	24.341	27.064	26.231
Natividade	26.191	20.410	20.174	21.765	15.060	15.125	14.930
Porciúncula	14.670	12.436	13.656	14.561	15.155	15.952	17.178
Santo Antônio de Pádua	38.060	31.498	34.110	39.600	33.993	38.692	40.145
São José de Ubá <sup>11</sup>	-			-	-	6.431	6.829
Varre-Sai <sup>12</sup>	-			-	7.551	7.854	8.308
<b>Total Noroeste Fluminense</b>	<b>278.415</b>	<b>232.800</b>	<b>233.274</b>	<b>273.062</b>	<b>267.929</b>	<b>297.714</b>	<b>307.032</b>

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1950, 1970, 1980 (In: NEVES, 2006, pág. 11), IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000 e Contagem Populacional 1996 e 2007

Analisando a evolução do conjunto da população residente no NOF, entre 1950 e 2007, observa-se que houve um aumento de apenas 10% em 57 anos, enquanto o aumento da população residente no Brasil foi de 227% para o mesmo período. (IBGE, 2000). Mesmo levando em consideração os desmembramentos municipais, ocorridos após a promulgação da Constituição de 1988, percebe-se que alguns municípios tiveram uma perda populacional muito elevada, como Cambuci que perdeu 45% de sua população entre 1950 e 2007.

A pesquisa realizada por Santos (2008), a respeito do processo de descentralização brasileiro, implementado a partir da Constituição de 1988 que concedeu maior autonomia aos entes infranacionais, de maneira especial, aos municípios mostrou que

<sup>9</sup> Desmembrado de Santo Antônio de Pádua em 1993.

<sup>10</sup> Desmembrado de Campos dos Goytacazes em 1986.

<sup>11</sup> Desmembrado de Cambuci em 1997.

<sup>12</sup> Desmembrado de Natividade em 1993.

[...] Em um país marcado pela diversidade social, econômica e política, não há como a descentralização ser adotada com a mesma amplitude e resultados em todas as regiões do país, nem mesmo em todos os municípios de um estado.

Saúde e Ensino Fundamental, entretanto, são casos à parte no processo de descentralização, pois foram desenhadas políticas nacionais de atendimento universal desses serviços em regime de cooperação entre os três planos de governo. [...] (SANTOS, 2008, pág. 210).

Sendo assim, no RJ os resultados mais positivos advêm de ganhos na redução da mortalidade infantil e no aumento do número de crianças na escola. De acordo com Oliveira e Natal (*Op. cit.*) houve declínio na taxa média de mortalidade infantil em todas as regiões do RJ, notadamente no NOF. Todavia, ressalta que em 1990, o NOF apresentava uma das maiores taxas de mortalidade infantil do estado; e que o NOF se destaca por apresentar significativo recuo na inserção de pessoas entre 10 e 14 anos no mercado de trabalho entre 1991 e 2000 (- 4%) e também pela redução de pessoas, na mesma faixa etária, que estavam fora da escola no mesmo período (-16%). “A primeira vista, parece que o esforço de ampliação da disponibilidade de vagas nas instituições públicas de ensino contribuiu para o retardamento da entrada dessas crianças e jovens no mercado de trabalho” (OLIVEIRA e NATAL, *Op. cit.* pag. 561).

## **5 AS PERSPECTIVAS DO NOROESTE FLUMINENSE**

Visto que o pensamento contemporâneo atribui ao local a possibilidade de fomentar e explorar as oportunidades de desenvolvimento, o presente capítulo mostra as oportunidades identificadas por algumas das principais instituições que realizaram estudos recentes referentes ao assunto.

Iniciamos com o atual governo do Estado do Rio de Janeiro que elaborou o Plano Estratégico para o RJ 2007/2010 e procurou identificar os principais Pólos de Desenvolvimento Econômico do RJ – por intermédio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS/RJ). Além disso, propôs uma nova regionalização para o Estado por meio da Fundação CIDE, que realizou uma pesquisa relativa às modificações recentes na estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro.

Por sua vez, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que é uma instituição federal, identificou, mapeou e caracterizou a estrutura dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Brasil. Como resultado, o Georreferenciamento dos possíveis APLs identificados, para o Estado do Rio de Janeiro, revela um vetor de desenvolvimento local e dois embriões de arranjos produtivos no NOF.

A análise do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RJ) – instituição privada sem fins lucrativos - identificou aglomerações em dois municípios do Noroeste Fluminense: Santo Antônio de Pádua (rochas ornamentais) e Itaperuna (concentração de têxtil-vestuário; de serviços médicos; e de pecuária e leite).

E, finalmente, o Decisão Rio2008/2010, que é o resultado de uma pesquisa realizada, anualmente, pela Gerência de Infra-Estrutura e Novos Investimentos da

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) apresenta os principais investimentos previstos para o Estado neste período.

## 5.1 PLANO ESTRATÉGICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2007/2010

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS/RJ) é responsável pela formulação e execução da política estadual de desenvolvimento nas áreas de energia, logística, indústria, comércio e serviços. Seus principais projetos e programas são agrupados nas seguintes superintendências: Arranjos Produtivos Locais, Competitividade, Desenvolvimento Regional, Economia da Cultura, Energia, Projetos Especiais, e Projetos Estruturantes.

Consideramos cada superintendência, bem como os demais órgãos que compõem a estrutura do atual governo do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de identificar as ações planejadas, apoiadas e/ou implementadas pelo mesmo visando contribuir para o desenvolvimento do NOF.

Iniciamos pela análise do Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro 2007/2010 (PERJ-2007/2010). Passados 32 anos da elaboração do I PLAN-RIO, o Governo do RJ lança o PERJ-2007/2010. As orientações estratégicas do governador apresentadas no início do plano, ressaltam a ineficiência da gestão pública ao longo das últimas décadas, o elevado grau de pobreza do RJ, a ocupação desordenada, os altos índices de violência e o excesso de atividades informais (PERJ-2007/2010, pág. 4). As grandes diferenças regionais prevalecem. A única mudança significativa ocorreu na economia do Norte Fluminense em função da exploração do petróleo. O NOF permanece como a região mais pobre do RJ.

O plano foi redigido de acordo com o paradigma vigente, considerando como papel e função do Estado oferecer serviços públicos como segurança, saúde e educação. Quanto ao desenvolvimento, pondera que o mesmo depende de investimentos públicos e privados cabendo ao Governo articular, incentivar e facilitar a mobilização das demais esferas do poder público, da iniciativa privada, do terceiro setor, enfim, de toda a sociedade. Além disso, considera necessária uma reestruturação do Estado, baseada no equilíbrio fiscal e na desmobilização patrimonial, visando geração de receita e multiplicação das oportunidades (*Op. cit.*).



O discurso revela, mais uma vez, a intenção de se fomentar o desenvolvimento em todo o território estadual, de acordo com as vocações regionais, utilizando como exemplo as áreas de celulose e etanol no Norte e Noroeste Fluminense.

O PERJ-2007/2010 busca situar o RJ no contexto nacional e internacional apresentando as principais tendências para os próximos 20 anos que terão impacto no RJ. Considera como tendências consolidadas e invariantes mundiais o envelhecimento da população mundial; a emergência do Brasil, Rússia, Índia e China; os efeitos das mudanças climáticas; a convergência das novas tecnologias (biotecnologia, nanotecnologia, ciências cognitivas e tecnologia da informação); e a consolidação do conhecimento como novo motor da economia mundial. Como tendências consolidadas e invariantes nacionais, destaca a reconfiguração econômica e espacial (interiorização do desenvolvimento, ampliação do agronegócio, desconcentração industrial e constituição de novos pólos); aumento das pressões sociais sobre as regiões metropolitanas; a universalização dos computadores e da Internet; a construção de um novo espaço público (reformas do Estado e da Constituição, *accountability*); estabilidade monetária e responsabilidade fiscal; e ampliação de pressões para o controle ambiental. Quanto às tendências consolidadas e invariantes no próprio RJ apresenta o envelhecimento populacional, e conseqüente mudança na demanda sobre serviços de saúde (incluindo a transição do perfil epidemiológico), educação, lazer e cultura; crescimento populacional nas Baixadas Litorâneas e na Costa Verde; manutenção da concentração socioeconômica da região metropolitana sobre as demais; desenvolvimento da indústria nos setores de petróleo, químico, metal-mecânico e naval; aumento da importância da Bacia de Campos para a geração de renda; aumento do fluxo comercial internacional no RJ; diversificação e desconcentração do turismo; manutenção da vantagem competitiva do RJ para atração de eventos esportivos e culturais; sustentação da infra-estrutura de inovação e conhecimento como importante vantagem competitiva; ampliação das pressões sobre o meio ambiente decorrentes das atividades industriais, da concentração urbana e da conscientização ambiental da população.

Os fatores que apresentam dificuldade de previsão foram chamados de incertezas, destacando-se duas:

“Como evoluirá o contexto externo ao Rio de Janeiro?”

Como evoluirão a qualidade da gestão pública e das instituições e o ambiente de negócios do Rio de Janeiro nos próximos 20 anos?”(PERJ-2007/2010, 2007, pág. 23).

A partir do cruzamento das tendências com as duas principais incertezas foram construídos quatro cenários para 2027:

Cenário 1: Transformação renovadora com prosperidade – [...] o Rio de Janeiro é, finalmente, um estado coeso e territorialmente integrado, que se diferencia no contexto nacional pela pujança econômica acompanhada de bons indicadores de bem-estar social. [...]

Cenário 2: Inércia e retrocesso em um contexto favorável – a baixa atratividade do ambiente de negócios fluminense faz com que o ingresso de investimentos produtivos se restrinja àquelas cadeias mundialmente competitivas. [...]

Cenário 3: Transformação persistente em um contexto desfavorável – [...] é o melhor estado brasileiro para viver e investir. O estado lidera o *ranking* nacional de desenvolvimento humano e colhe os frutos de uma transformação persistente que enfrentou o contexto externo predominantemente desfavorável. [...]

Cenário 4: Crise e decadência – [...] A baixa qualidade das instituições públicas e o contexto externo desfavorável impedem o desenvolvimento econômico do estado. [...] (PERJ-2007/2010, 2007, pág. 24-30)

A partir daí, foi estabelecida a Visão de Futuro de Longo Prazo para o RJ: *“Em 2027, o Rio de Janeiro é um lugar único para se viver e investir: próspero, seguro, ambientalmente sustentável, onde educação e cultura são valores inquestionáveis e transformadores”* (PERJ-2007/2010, pág. 34). Nota-se que a elaboração da visão considerou apenas o cenário 1, um cenário “cor de rosa”, o que contraria a metodologia de elaboração de qualquer planejamento estratégico, visto que se deve levar em consideração todas as ameaças e os pontos fracos que comprometerão os resultados obtidos com a aplicação do plano. Se levarmos em conta todas as mazelas que afligem, atualmente, o RJ torna-se impossível acreditar que, em apenas 20 anos, serão solucionados praticamente todos os problemas que se avolumam desde o período colonial. Sendo assim, mais uma vez, a ferramenta assume um caráter demagógico que, sequer, atenua os graves problemas econômicos e sociais do RJ.

Atendo-se ao NOF na descrição dos cenários temos:

Cenário 1: “No Noroeste, o estabelecimento de uma clara estratégia de desenvolvimento orientada à promoção de investimentos produtivos contribui para que a realidade regional de estagnação seja revertida”.

Cenário 2: “[...] o Noroeste não consegue desenvolver potencialidades econômicas e segue registrando os mais baixos indicadores sociais do estado”. Cenário 3: “[...] no Noroeste, a realidade social começa a ser transformada”. Cenário 4: “[...] o Noroeste não consegue desenvolver potencialidades econômicas capazes de imprimir dinamismo à economia local e segue registrando os mais baixo indicadores sociais do estado” (PERJ-2007/2010, pág. 24-28).

Observa-se que, mesmo no cenário mais promissor, não há referência de **como**, efetivamente, o governo estadual pretende intervir para tirar o NOF da inércia e, nos cenários mais negativos, atribui-se, unicamente ao NOF, a responsabilidade pela manutenção de seus baixos indicadores.

A estratégia do governo para a implementação do plano baseia-se em três pilares: reconstrução da gestão pública estadual; reconquista da segurança pública e da cidadania; e articulação e promoção de investimentos. Os três pilares estão subdivididos em nove áreas de resultados: Reconquista da segurança; ampliação das ações preventivas e modernização do sistema de saúde; desenvolvimento do capital humano; desenvolvimento econômico, atração de investimentos e inovação tecnológica; desenvolvimento social, inclusão produtiva e cidadania; promoção da cultura e integração pelo esporte; sustentabilidade ambiental; expansão e melhoria da infra-estrutura urbana e logística de transportes; e renovação e fortalecimento da gestão pública.

A estratégia de promoção de investimentos baseia-se, também, em três pilares que visam tornar o RJ um ambiente favorável aos negócios e são eles: o fortalecimento de fatores estruturais da competitividade; a priorização, seleção e ênfase de fatores, setores e regiões; e a promoção competitiva de investimento (comportamento e ação). A operacionalização da estratégia escolhida será realizada por meio de 43 Projetos Estratégicos multissetoriais divididos em dois conjuntos: os projetos estruturantes, monitorados pela Casa Civil; e os prioritários, monitorados pela Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Dentre os 43 Projetos Estratégicos, apenas o Projeto 34 (Rio Rural/GEF-BIRD) tem como população beneficiada os agricultores familiares do Norte-Noroeste Fluminense. O objetivo do mesmo é

Promover a autogestão sustentável de microbacias hidrográficas do Norte-Noroeste Fluminense por comunidades rurais, provendo incentivos à adoção de práticas de manejo sustentável de recursos naturais e

contribuindo para a redução das ameaças à biodiversidade, a reversão do processo de degradação de terras e o aumento dos estoques de carbono na Mata Atlântica (PERJ-2007/2010, pág. 97).

Entre as atividades que precederam a elaboração do PERJ-2007/2010 encontramos o IX Fórum Nacional, ocorrido em 17 de maio de 2007, quando a SEDEIS/RJ apresentou os pólos de desenvolvimento existentes e potenciais, bem como a previsão de investimentos e as estratégias econômicas do atual Governo do Estado para os próximos anos. A identificação dos pólos baseou-se nas chamadas **vocações** do Estado, propondo nove pólos principais: Químico-Farmacêutico; Naval Offshore; Petrolífero; Serviços Avançados; Turismo; Agricultura e Desenvolvimento Florestal; Confeccões; e Cimenteiro.

O NOF está inserido, apenas, no Pólo de Agricultura e Desenvolvimento Florestal, e a SEDEIS/RJ considera que as regiões NF e NOF devam engajar-se na competitiva indústria de celulose de eucalipto, a partir do plantio de florestas devido às condições climáticas e de solo, bem como à logística existente e em construção. Sugere, ainda, a possibilidade de plantação de seringueiras (BUENO, 2007).

Quanto à cultura da cana-de-açúcar - que tem sido apontada como uma possibilidade para o NOF e o NF – o documento destaca que

O Programa Agroenergia do Governo do Estado, em elaboração, estabelece como meta triplicar até 2012 a produção de cana-de-açúcar, atualmente em 5 milhões t/ano, e ampliar para 200 mil hectares a área plantada, que hoje é de pouco mais de 100 mil hectares. O objetivo é impulsionar o setor sucroalcooleiro, em especial a produção de álcool anidro e álcool químico, itens de maior valor agregado. A produção de 56 t/hectare na década de 80 deve chegar a 75t/hectare em 2012 (BUENO, 2007, pág. 7).

Segundo a SEDEIS/RJ, “buscar alternativas para a geração de emprego e renda em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)” é uma das suas prioridades. Para tanto, a mesma desenvolveu, por meio da Superintendência de Projetos Estruturantes, o Projeto de Desenvolvimento Florestal com a finalidade de conter o êxodo rural e ampliar as atividades econômicas, além de recuperar as regiões degradadas, notadamente no Noroeste Fluminense.

No caso do plantio do eucalipto, o projeto prevê a captação de investimentos privados para o plantio, em parceria com produtores locais ou em áreas próprias das grandes empresas, além do investimento em indústria de produção de celulose. A meta prevista no projeto é o plantio de 80 mil hectares de eucalipto, até dezembro de 2010 (SEDEIS/RJ).

Visando facilitar a implementação do projeto, foi aprovada em 09 de julho de 2007 a Lei N.º 5.067 que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio de Janeiro (ZEE/RJ) e define critérios para a implantação da atividade de silvicultura econômica em todo o RJ. O ZEE/RJ divide o território em zonas obedecendo às regiões hidrográficas instituídas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, assim denominadas de acordo com o Art. 17.

RH-I: Região Hidrográfica Baía da Ilha Grande; RH-II: Região Hidrográfica Guandu; RH-III: Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul; RH-IV: Região Hidrográfica Piabanha; RH-V: Região Hidrográfica Baía de Guanabara; RH-VI: Região Hidrográfica Lagos e Baía do São João; RH-VII: Região Hidrográfica Dois Rios; RH-VIII: Região Hidrográfica Macaé e Rio das Ostras; RH-IX: Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e RH-X: Região Hidrográfica Itabapoana. (Lei N.º 5.067, 2007)

Os municípios do Noroeste Fluminense estão inclusos em três bacias hidrográficas, a saber:

- RH-VII: Itaocara;
- RH-IX: Aperibé, Cambuci, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá, além de, parcialmente, Porciúncula e Varre-Sai; e
- RH-X: Bom Jesus do Itabapoana, e também, parcialmente, Porciúncula e Varre-Sai.

Os parâmetros para o licenciamento de silvicultura econômica estão descritos no Art. 10. Observa-se que há nítidas distinções entre as exigências para cada região hidrográfica. Chama-nos a atenção que, para as áreas superiores a 200 ha, será exigido o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), exceto nas Regiões Hidrográficas Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, em que só será exigido para áreas superiores a 400 ha. Além disso, o Art. 18

recomenda a silvicultura de eucalipto para a Região Hidrográfica do Itabapoana (Lei N.º 5.067, 2007). A justificativa, para tanto, segundo a SEDEIS/RJ seria o elevado índice de degradação ambiental apresentado na região.

A Aracruz Celulose será uma das empresas beneficiadas com a aplicação da ZEE/RJ. Por meio do Programa Produtor Florestal, a empresa espera ampliar sua atuação no Noroeste Fluminense, que, atualmente, é incipiente. Segundo o analista de Operações Florestais da Aracruz, do escritório de Itaperuna (RJ), a meta do programa no Rio é alcançar cerca de 6 mil hectares até o final de 2012. A empresa tem 15 contratos ativos no Rio de Janeiro, com 143 hectares plantados, e 257 hectares em processo de licenciamento. A possibilidade de plantio estimada, para 2008, está acima de 500 hectares (ARACRUZ CELULOSE, 2007). No dia 15 de agosto de 2008 foi realizada a primeira reunião do Fórum Florestal do Rio de Janeiro, na sede da FIRJAN, na capital fluminense, com “a missão de concretizar o cooperativismo entre entidades ambientalistas e o setor de base florestal para a proteção de remanescentes nativos e a restauração florestal no bioma Mata Atlântica” (DIÁLOGO FLORESTAL<sup>13</sup>). A iniciativa pretende tornar viável a expansão de plantios florestais no Rio de Janeiro - que atualmente conta com apenas 30 mil hectares, sendo necessário importar mais de 90% do que o Estado consome – preservando os remanescentes de Mata Atlântica e sua biodiversidade .

Bueno (2007) apresenta ainda os APLs em desenvolvimento no RJ, em que o município de Itaperuna insere-se no de pecuária e de moda e confecção; Santo Antônio de Pádua, no de extração de pedras e argila, fabricação de artefatos de concreto, e extração mineral; e Miracema, também, em extração mineral.

É importante ressaltar que o documento não apresenta a base de dados utilizada para a identificação dos pólos e dos APLs em desenvolvimento.

Quanto à previsão de investimentos, considera que o Porto do Açú – investimento privado que se destina ao escoamento do minério de ferro - oferecerá ao NOF a infra-estrutura necessária à exportação de produtos como álcool, biodiesel e celulose.

Há, também, a proposta de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro, elaborada pela Fundação CIDE. De acordo com a mesma, a atual distribuição das regiões de governo do RJ não acompanhou as mudanças ocorridas

---

<sup>13</sup> Disponível em <<http://www.dialogoflorestal.org.br/noticias/10/aberto-o-forum-florestal-do-rio-de-janeiro>> Acesso em 06 de outubro de 2008.

na estrutura produtiva e o surgimento de pólos econômicos no interior do Estado. Sendo assim, propôs uma nova regionalização baseada na nova estrutura produtiva e nas questões urbanas e ambientais como pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10  
Estado do Rio de Janeiro  
Proposta de Nova Regionalização

<b>Regiões de Governo</b>	<b>Municípios</b>
Agropecuária do Pomba, Muriaé e Itabapoana	Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São José de Ubá e Varre-Sai.
Petróleo e Gás Natural	Carapebus, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra
Região Industrial do Médio Paraíba	Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda.
Serrana de Economia Agropecuária	Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Trajano de Moraes.
Serrana de Economia Diversificada	Areal, Bom Jardim, Comendador Levy Gasparian, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis e Três Rios.
Turística da Costa Verde	Angra dos Reis, Mangaratiba e Parati.
Turística dos Lagos Fluminenses	Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim e Saquarema.
Turístico-Cultural do Médio Paraíba	Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Rio das Flores, Valença e Vassouras.
Urbano-Industrial	Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Fonte: Fundação CIDE

De acordo com a proposta da CIDE, a Região Noroeste Fluminense seria acrescida em dois municípios – Cardoso Moreira e São Fidélis – oriundos da atual Região Norte Fluminense. Os dois municípios em questão apresentam o mesmo quadro de estagnação registrado na maioria dos municípios que atualmente compõe o Noroeste Fluminense.

No que tange à economia da região citada, Saraça et al. (2007) destacam que

A economia regional é de base agropecuária com características de estagnação. No entanto, alguns destaques devem ser feitos: em Itaperuna (centro regional), concentram-se atividades diversificadas, sobressaindo a indústria de laticínios, a prestação de serviços médicos e a consolidação de um parque educacional voltado para o ensino superior; Santo Antônio de Pádua transformou-se em importante núcleo de especialização no setor de extração mineral voltado para a exploração de rochas ornamentais, cujas características se aproximam da definição de Arranjo Produtivo Local (APL). Essa região sofre a influência do APL da Cerâmica Vermelha de Campos dos Goytacazes (São Fidélis, Cardoso Moreira, Italva, Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna) e da Fruticultura (São Fidélis e Cardoso Moreira). (SARAÇA et. al., 2007, pág. 26).

Como os municípios de São Fidélis e Cardoso Moreira não integram o atual Noroeste Fluminense, não buscamos informações sobre o APL supracitado. O setor de rochas ornamentais de Santo Antônio de Pádua, a indústria de laticínios e a prestação de serviços médicos em Itaperuna serão tratados a partir dos estudos do SEBRAE/RJ que mostraremos adiante. Contudo, cabe aqui demonstrar alguns dados relativos ao parque educacional supracitado.

Itaperuna conta, atualmente, com as seguintes instituições de ensino superior e respectivos cursos:

Tabela 11  
Instituições e Cursos de Graduação presentes em Itaperuna (RJ)

Instituição	Graduação	Tecnólogo
Universidade Federal Fluminense (UFF) <sup>14</sup>	Administração	
Universidade Iguazu (UNIG) <sup>15</sup>	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Farmácia, Fisioterapia, Geografia, História, Letras, Licenciatura em Computação, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia e Sistemas de Informação.	Estética, Gestão Ambiental, Gestão de Seguros, Gestão Pública, Negócios Imobiliários, Petróleo e Gás, Radiologia, Rochas Ornamentais, Sistemas de Telecomunicações Digitais, Sistemas Elétricos,
Fundação São José (FSJ) <sup>16</sup>	Psicologia, Ciências Contábeis, Comunicação Social – Jornalismo, Letras – Português/Literatura Portuguesa e Português/Inglês, Geografia, História e Matemática	Tecnologia em Informática
Faculdade Redentor <sup>17</sup>	Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Ciências Biológicas, Fonoaudiologia, Nutrição, Serviço Social, Fisioterapia, Sistemas de Informação.	
Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) <sup>18</sup>	Curso Normal Superior	
Consórcio CEDERJ <sup>19</sup> (Cursos Semipresenciais)	Administração em: Ciências Biológicas, Física, Matemática, Pedagogia	Tecnólogo em Sistemas de Computação

Fonte: Universidade Federal Fluminense, Universidade Iguazu, Fundação São José, Faculdade Redentor, Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, Consórcio CEDERJ

<sup>14</sup> <http://www.coseac.uff.br/cidades/itaperuna.htm>

<sup>15</sup> <http://www.unig.br/vestibular/index.html>

<sup>16</sup> <http://www.fsj.edu.br/default.asp?action=cursos&actioncurso=tipograduacao&titulopagina=graduacao>

<sup>17</sup> <http://www.redentor.edu.br/index2.html>

<sup>18</sup> [http://www.faecet.rj.gov.br/index.php?option=com\\_php&Itemid=22&m=12&r=92](http://www.faecet.rj.gov.br/index.php?option=com_php&Itemid=22&m=12&r=92)

<sup>19</sup> [http://www.cederj.edu.br/fundacaoecierj/exibe\\_artigo.php](http://www.cederj.edu.br/fundacaoecierj/exibe_artigo.php)



Há oferta de cursos superiores também nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Miracema e Santo Antônio de Pádua. Entretanto, a quantidade de matrículas e de cursos é muito pequena.

Tabela 12  
Matrículas na Educação Superior – Região Noroeste Fluminense - Ano 2004

<b>Local</b>	<b>N.º de matrículas</b>
Brasil	2.292.499
Sudeste	1.225.932
Rio de Janeiro	173.369
NOF	6.667
Bom Jesus do Itabapoana	94
Itaperuna	6.211
Miracema	76
Santo Antônio de Pádua	286

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - 2004

Os dados da Tabela 12 nos permitem verificar que o número de matrículas efetivadas no ensino superior no ano de 2004, em Itaperuna, representa uma pequena parcela no contexto estadual – aproximadamente 3,5%. Contudo, quando tomamos por base os dados da Região Noroeste Fluminense, verificamos que representa cerca de 93% do quantitativo de matrículas. Podemos, então, inferir que devido à maior oferta de cursos e vagas, Itaperuna configura-se como um importante centro de educação superior da Região Noroeste Fluminense podendo contribuir para o desenvolvimento regional, a partir da qualificação profissional, da geração de emprego e da atração de serviços de suporte aos estudantes que buscam o município, tais como hospedagem, alimentação, transporte, etc.

## 5.2 OS ESTUDOS DO IPEA

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) procurou identificar, mapear e caracterizar a estrutura dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Brasil. O referido estudo visa oferecer uma ferramenta metodológica que permita articular e coordenar as ações e medidas dos diversos órgãos e instituições (governamentais e paraestatais) que compõem o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos

Produtivos Locais (GTP/APL). Devido às controvérsias sobre o conceito de APL, a pesquisa ressalta que a mesma considera que um APL é

[...] um sistema localizado de agentes econômicos, políticos e sociais ligados a um mesmo setor ou atividade econômica, que possuem vínculos produtivos e institucionais entre si, de modo a proporcionar aos produtores um conjunto de benefícios relacionados com a aglomeração das empresas. [...] (SUZIGAN, 2006, pág.3).

A metodologia utilizada teve como base a

[...] aplicação de índices de concentração regional e de especialização às estatísticas distribuídas por classes de atividade econômica e por microrregiões. Para verificar quais atividades são regionalmente mais concentradas utiliza-se o coeficiente de Gini Locacional (GL), e para determinar em quais microrregiões essas atividades estão localizadas utiliza-se um índice de especialização, o Quociente Locacional (QL). Esses dois indicadores são posteriormente combinados com variáveis de controle e filtros, de modo a tornar mais seletiva a identificação de aglomerações que se caracterizem como APLs. [...] (SUZIGAN, 2006, pág.16)..

A tipologia de APLs gerada apresenta quatro tipos básicos de sistemas locais, de acordo com sua importância para desenvolvimento local e sua participação no total do emprego do setor (SUZIGAN, 2006, pág. 24-25):

- Núcleos de desenvolvimento setorial-regional: são sistemas que se destacam pela sua grande importância tanto para o desenvolvimento local ou regional como para o respectivo setor ou classe de indústria.
- Vetores avançados: constituído por aqueles que representam grande importância para o setor (traduzida na sua participação na produção e no emprego), mas que, por estarem diluídos num tecido econômico muito maior e mais diversificado, têm pouca relevância para o desenvolvimento econômico local ou regional.
- Vetor de desenvolvimento local: aqueles que são importantes para uma região, embora não possuam uma contribuição decisiva para o setor principal a que estão vinculados. Trata-se, em geral, de pólos regionais em atividades cuja produção é, geograficamente, bastante dispersa.

- Embrião de arranjo produtivo: aquele que possui pouca importância para o seu setor e convive, na região, com outras atividades econômicas. Exatamente por serem embrionários, são mais difíceis de identificar estatisticamente.

Sendo assim, o Georreferenciamento dos Possíveis Arranjos Produtivos Locais identificados para o Estado do Rio de Janeiro configura um vetor de desenvolvimento local e dois embriões de arranjo produtivo no NOF conforme apresentado nas Tabelas 13 e 14.

Tabela 13  
Vetor de Desenvolvimento Local  
Peças Fundidas de Ferro e Aço de Santo Antônio de Pádua

Código	Descrição da atividade	Código MR	Descrição MR	Emprego	% setor	QL	GINI	Estab.
27510	Fabricação de peças fundidas de ferro e aço	33.002	Santo Antônio de Pádua	119	4,06	5,58	0,7676	11

Fonte: IPEA – Diretoria de Estudos Setoriais (DISET) – Arranjos Produtivos Locais: Sistema de Informação, Identificação e Mapeamento, 2006.

Tabela 14  
Embriões de Arranjo Produtivo  
Artigos de Serralheria de Itaperuna e Madeira e Móveis de Santo Antônio de Pádua

Código	Descrição da atividade	Código MR	Descrição MR	Emprego	% setor	QL	GINI	Estab.
28428	Fabricação de artigos de serralheria	33.001	Itaperuna	37	2,22	2,04	0,2466	12
20109	Desdobramento de madeira	33.002	Santo Antônio de Pádua	15	4,82	6,63	0,5803	1
20222	Fabricação de esquadrias de madeira, de casa	33.002	Santo Antônio de Pádua	39	3,37	4,64	0,4110	9
36110	Fabricação de móveis com predominância...	33.002	Santo Antônio de Pádua	83	2,09	2,88	0,3025	12
36129	Fabricação de móveis com predominância...	33.002	Santo Antônio de Pádua	7	2,26	3,10	0,4001	1
36137	Fabricação de móveis de outros materiais	33.002	Santo Antônio de Pádua	14	1,97	2,71	0,5815	1

Fonte: IPEA – Diretoria de Estudos Setoriais (DISET) – Arranjos Produtivos Locais: Sistema de Informação, Identificação e Mapeamento, 2006.

No que tange ao Noroeste Fluminense, a análise do IPEA diverge, completamente, da análise das demais instituições, visto que é a única a identificar, em Santo Antônio de Pádua, os setores de fabricação de peças fundidas de ferro e aço, e o de desdobramento de madeira e fabricação de móveis, e em Itaperuna setor de fabricação de artigos de serralheria. Tal fato deve-se a aplicação de metodologias diferentes para a identificação de APLs.

### 5.3 OS ESTUDOS DO SEBRAE/RJ

Para a identificação e classificação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa do Estado do Rio de Janeiro SEBRAE/RJ utiliza a classificação adotada pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) onde

[...] o conceito de Arranjos Produtivos Locais pode ser associado à aglomeração espacial de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresenta vínculos e interdependência. Por meio desses vínculos, origina-se um processo de aprendizagem que possibilita a introdução de inovações de produtos, processos e formatos organizacionais, gerando maior competitividade para as empresas integradas ao arranjo (SEBRAE/RJ, 2007).

A metodologia de identificação das concentrações de atividades econômicas, no Estado do Rio de Janeiro, baseia-se na desagregação a quatro dígitos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE, utilizando como fonte de informação os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para o ano de 2001. A identificação das aglomerações utilizou, como critério básico, o cálculo do Quociente Locacional (QL) relativo ao total do emprego e remunerações (BRITTO, 2004)<sup>20</sup>.

De acordo com o Britto (2004) no Noroeste Fluminense encontramos as seguintes aglomerações:

- Santo Antônio de Pádua: APL de Rochas Ornamentais
- Itaperuna: Concentração de Pecuária e Leite, Concentração de Serviços Médicos e Concentração de Têxtil-Vestuário.

A seguir procuramos fazer uma breve descrição dos APLs identificados.

---

<sup>20</sup> Maiores informações sobre o cálculo do QL podem ser obtidas no endereço eletrônico <<http://www.sebraerj.com.br/data/Pages/SEBRAE5A3FD41CITEMID8EE62194AFB44F1FB4C0ABA64BC66AC6PTBRIE.htm>> Acesso em 07 de julho de 2007.

### 5.3.1 Rochas Ornamentais de Santo Antônio de Pádua

Britto (2004) considera que o perfil de geração de emprego e renda (em um contexto local) da atividade de extração de rochas ornamentais, em Santo Antônio de Pádua, possui características muito próximas à definição de Arranjos Produtivos Locais existente na literatura. As empresas atuantes na região dedicam-se à extração e ao beneficiamento de dois tipos de rochas, a pedra paduana e a pedra madeira. A maioria dos estabelecimentos compreende aqueles ligados à extração, ao britamento, aparelhamento e demais trabalhos em pedras. Entretanto, tomando-se a média de empregos formais gerados por estabelecimento, percebe-se que as empresas de fabricação de artefatos de concreto, cimento etc. apresentam uma quantidade média superior de empregados formais por empresa, como mostra a Tabela 15.

Tabela 15  
Características do APL de Rochas Ornamentais - Santo Antônio de Pádua

CNAE – Atividades Integradas	Empregos	N.º de Estab.	N.º de Empreg. por Estab.
14109 - Extração de pedra, areia e argila	232	58	4,00
14290 - Extração de outros minerais não-metálicos	20	2	10,00
26301 - Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque	141	5	28,20
26913 - Britamento, aparelhamento e outros trabalhos em pedras (não associados à extração)	366	59	6,20
Total	759	124	6,12

Fonte: SEBRAE/RJ - RAIS (2001)

Os dados da RAIS, referentes a 31 de dezembro de 2006, revelam que o setor de extração de minerais não metálicos emprega 224 funcionários e o setor de fabricação de produtos de minerais não metálicos emprega 384, totalizando 608 empregos formais. Percebe-se, assim, que houve uma redução em 20% do volume de emprego formal entre 2001 e 2006 (RAIS, 2006). Em contrapartida, a pesquisa do Projeto de Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), desenvolvido pelo SEBRAE/RJ, desde 2004, com o intuito de contribuir para melhorar a gestão das empresas no setor e adaptá-las ao Termo de Ajustamento de Conduta<sup>21</sup>, mostra

<sup>21</sup> Refere-se ao ajustamento ambiental dos empresários do APL de Rochas Ornamentais às exigências da Fundação Estadual de Engenharia do Meio-Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. O TAC Coletivo seria destinado ao ajuste ambiental de todas as empresas do APL, e trata-se de um documento único, já elaborado, com termos de ajustamento gerais, e que todas as empresas são obrigadas a seguir. Já o TAC Individual é um documento gerado especificamente para cada uma das empresas e deve ser requerido pelos

também os dados do trabalho informal no setor. De acordo com o último relatório do GEOR, houve um incremento de cerca de 3% no total de pessoal ocupado entre 2006 e 2007 (Tabela 16). Os pesquisadores ressaltam a notória informalidade nas empresas, tendo verificado ser comum a omissão do número real de trabalhadores pelos informantes. Sendo assim, alertam que o número de trabalhadores pode ser subestimado e que não é possível estimá-lo com precisão (SEBRAE/RJ-ICAM/Campos, 2008).

Tabela 16  
Total de pessoas ocupadas na produção por tipo de empresa, segundo período. Projeto APL de Rochas Ornamentais de Pádua, Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, 2004 a 2007.

Tipo da empresa	2007		2006		2005		2004	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Exploração	471	42,4%	469	43,5%	428	39,1%	507	41,4%
Beneficiamento	640	57,6%	608	56,5%	667	60,9%	718	58,6%
<b>Total</b>	<b>1111</b>	<b>100,0%</b>	<b>1077</b>	<b>100,0%</b>	<b>1095</b>	<b>100,0%</b>	<b>1225</b>	<b>100,0%</b>
<b>Variação</b>	<b>3,2%</b>		<b>1,6%</b>		<b>10,6%</b>			

Fonte: SEBRAE/RJ-ICAM/Campos.

### 5.3.2 Pecuária e Leite em Itaperuna

De acordo com o estudo socioeconômico realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), em 2007, a atividade agropecuária responde por menos de 1% do PIB fluminense, uma contribuição que fica muito aquém dos quase 10% da média nacional. Todavia, quando analisamos a importância da atividade agropecuária, para a composição do PIB do NOF, podemos observar que o percentual do PIB, correspondente à mesma, está mais próximo da média nacional do que da média estadual (Ver Tabela 17).

Tabela 17

Produção Agropecuária dos Municípios do Noroeste Fluminense - 2004

Município	Produção Agropecuária (mil reais)	Todos os setores (mil reais)	Percentual Agropecuária
Aperibé	3.107	36.522	8,51%
Bom Jesus do Itabapoana	11.783	166.753	7,07%
Cambuci	18.811	96.714	19,45%
Italva	7.868	62.322	12,62%
Itaocara	14.813	102.107	14,51%
Itaperuna	22.928	443.589	5,17%
Laje do Muriaé	4.149	35.509	11,68%
Miracema	3.134	94.473	3,32%
Natividade	7.922	67.582	11,72%
Porciúncula	12.841	70.811	18,13%
Santo Antônio de Pádua	9.700	202.419	4,79%
São José de Ubá	5.480	32.560	16,83%
Varre-Sai	8.283	33.684	24,59%
<b>Total Noroeste Fluminense</b>	<b>130.819</b>	<b>1.445.045</b>	<b>9,05%</b>

Fonte: Estudo Socioeconômico do TCE-RJ/2007

Marafon, também, salienta que a agropecuária é a principal atividade econômica do NOF, sobretudo a pecuária leiteira, que se apóia na agroindustrialização. (MARAFON [et.al.], 2005, pág.91)

O município de Itaperuna constitui-se em um pólo regional. De acordo com o SEBRAE/RJ, concentra o principal arranjo produtivo direcionado à pecuária e à produção de leite.

Dentre as seis concentrações vinculadas à atividade pecuária, três delas podem ser destacadas em função do seu maior porte. A primeira compreende o núcleo direcionado à pecuária e à produção de leite, localizado no Município de Itaperuna. Neste caso, o conjunto de atividades identificadas envolvia 322 estabelecimentos, gerando 1.256 postos de trabalho formais (...). Provavelmente, este valor deve se elevar substancialmente, se forem considerados os empregos informais gerados naquelas atividades. Em termos do tamanho médio de estabelecimento, observa-se a predominância de pequenas e microempresas, com este tamanho, atingindo, aproximadamente, 3,9 empregados para o conjunto das atividades. A remuneração média por empregado nas atividades integradas a este núcleo atingia R\$ 483,00 em dezembro de 2001. (...) No principal segmento daquela concentração - fabricação de produtos de laticínio - 100% dos empregos localizavam-se na faixa de tamanho entre 100 a 499 empregados. Em contraste, no caso da criação de bovinos, e produção mista, 100% dos empregos situavam-se na faixa entre 0 e 19 empregados. (...) Em termos do porte, informações disponibilizadas pela Firjan (2002) indicam que as maiores empresas atuantes no município são: Leite Glória Fleischman Royal (290 empregados), Parmalat Brasil (276 empregados), Cooperativa Agropecuária de Itaperuna (200 empregados), Distrivam Distribuidora de Alimentos (174 empregados), Italeite (52 empregados), Frigorífico Cubatão (49 empregados) e Frigorífico Vale Verde (42 empregados). (BRITTO, 2004)

Observa-se que as atividades de fabricação de produtos de laticínio são as que mais empregam e que a média de emprego formal gerado pelas atividades de criação de bovinos e produção mista não chega a dois empregos por estabelecimento, como é apresentado na Tabela 18.

Tabela 18  
Características da Concentração de Atividades – Pecuária e Leite - Itaperuna

CNAE – Atividades Integradas	Empregos	N.º de Estab.	N.º de Empreg. por Estab.
01414 - Criação de bovinos	315	190	1,66
01503 - Produção mista: lavoura e pecuária	237	121	1,96
15423 - Fabricação de produtos do laticínio	426	3	142,00
<b>Total</b>	<b>978</b>	<b>322</b>	<b>3,04</b>

Fonte: SEBRAE/RJ – RAIS (2001)

Os dados da RAIS (2006) mostram que as atividades de preparação do leite, fabricação de laticínios, criação de bovinos e de apoio à pecuária totalizam 1.352 empregos, em Itaperuna, representando um aumento de 38% com relação a 2001. A pecuária leiteira é cultivada na região desde a década de 1940. As duas maiores cooperativas do NOF foram fundadas em 1941 (Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda. - CAPIL) e em 1948 (Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana Ltda. - CAVIL).

Segundo Marafon (*Op. cit.*)

A trajetória da produção de leite no Noroeste Fluminense segue a tendência do estado, com crescimento de 1940 a 1980, declínio nos anos 80 (devido ao fim do PDPL – Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira – e do manejo inadequado dos solos, entre outros) e retomada do crescimento nos anos 90. (MARAFON, 2005, pág. 93)

A Leite Glória é a principal empresa da cadeia produtiva do leite do NOF, adquirida pela Parmalat em 2001. Porém, recentemente, as ações da atual controladora da Parmalat, Laep Investments, sofreram uma queda brusca na Bovespa deflagrando uma crise que sinaliza não estar longe do fim. A empresa começou a adiar o pagamento aos produtores de leite, o que pode trazer sérias conseqüências à economia do NOF.



De acordo com Diniz (1985), a fábrica de Leite Glória foi inaugurada em Itaperuna em 26 de março de 1960. Diniz ressalta a importância desse fato naquele contexto

Distante 350 km do Rio de Janeiro, sem estradas asfaltadas, a localização da Fábrica constituiu-se em importante plano de desenvolvimento econômico-social para toda região do norte fluminense, permitindo ao consumidor brasileiro o privilégio de ter, como os países mais adiantados do mundo o leite em pó instantâneo, resultado de grande conquista tecnológica daquela década. (DINIZ, 1985)

Com relação à pesquisa agropecuária, a principal instituição identificada na região é o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense - TECNORTE, que foi criado para funcionar como elo entre a produção científica e tecnológica universitária e a demanda de tecnologia da indústria.

Instalado no Campus da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), tem como foco de atuação o espaço regional do Norte, Noroeste e Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, devendo cooperar em programas de desenvolvimento tecnológico empresarial em diferentes áreas, mobilizando Agentes de Desenvolvimento Regional, Municipais e Federais. (TECNORTE)

A Empresa de Pesquisa em Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO) mantém uma estação experimental no município de Itaocara. Dentre as atividades desenvolvidas na estação, encontra-se um teste de sistema de produção de bovinos de leite que reúne tecnologias geradas, isoladamente, em um sistema de produção que objetiva aumentar a produtividade e reduzir o custo de produção do leite. (PESAGRO)

Quanto à qualificação profissional em nível técnico, há duas instituições que oferecem curso técnico profissionalizante em agropecuária. O CIA de Itaperuna – pertencente à rede estadual - e o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges (CTAIBB) – pertencente à rede federal - instalado no município de Bom Jesus do Itabapoana. O CTAIBB oferece, também, o curso técnico profissionalizante em agroindústria.

A Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro oferece o programa Prosperar, que prevê a capacitação dos

beneficiários em processamento, adequação às novas legislações e gestão do empreendimento. Uma das expectativas do Programa é de que, com a concessão do crédito, os beneficiários se organizem sob uma forma associativista ou cooperativista. Os beneficiários são produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas e suas diversas formas de organização, e agroindústrias que adquirem a matéria prima do Estado do Rio de Janeiro.

### 5.3.3 Serviços Médicos em Itaperuna

A metodologia utilizada pelo SEBRAE/RJ para destacar os núcleos de especialização, espacialmente localizados, identificou uma concentração de serviços médicos em Itaperuna. Percebe-se que as atividades de atendimento hospitalar são as que mais empregam como mostra a Tabela 19.

Tabela 19  
Características da Concentração de Atividades – Serviços Médicos - Itaperuna

CNAE – Atividades Integradas	Empregos	N.º de Estab.	N.º de Empreg. por Estab.
85111 - Atividades de atendimento hospitalar	838	7	119,71
85138 - Atividades de atenção ambulatorial	28	27	1,04
85146 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica ou terapêutica	55	17	3,24
85154 - Atividades de outros profissionais da área de saúde	58	55	1,05
85162 - Outras atividades relacionadas com a atenção à saúde	107	14	7,64
<b>Total</b>	<b>1.086</b>	<b>120</b>	<b>9,05</b>

Fonte: SEBRAE/RJ – RAIS (2001)

Em 2006, constata-se que há 1.531 empregos no setor de saúde em Itaperuna, representando um aumento de 40% com relação a 2001 (RAIS, 2006). O município além de ser o principal pólo econômico regional, também concentra o maior volume de serviços de saúde da Região Noroeste Fluminense. Verificando as informações relacionadas ao valor total de internações hospitalares contabilizados pelo Ministério de Saúde, durante o ano de 2006, observa-se que, na região, aproximadamente 61% das internações foram realizadas em Itaperuna (Tabela 20).

Tabela 20  
Valor Total de Internações Hospitalares  
Região Noroeste Fluminense - 2006

Município	Valor Total em R\$	%
Aperibé	270.384,75	0,83%
Bom Jesus do Itabapoana	5.721.518,97	17,62%
Cambuci	638.989,62	1,97%
Italva	1.172.754,90	3,61%
Itaocara	847.026,75	2,61%
Itaperuna	19.826.535,23	61,06%
Laje do Muriaé	160.078,22	0,49%
Miracema	986.172,34	3,04%
Natividade	451.071,10	1,39%
Porciúncula	472.721,25	1,46%
Santo Antônio de Pádua	1.696.205,49	5,22%
Varre-Sai	227.028,75	0,70%
Total NOF	32.470.487,37	

Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS, Sistema de Informações Hospitalares - SIH/SUS

O dispêndio hospitalar de Itaperuna também é significativo, quando comparado com os demais municípios do RJ. Dentre os 10 (dez) municípios com maior volume de despesas com internação, Itaperuna figura na sexta posição como é apresentado na Tabela 21.

Tabela 21  
Valor Total de Internações Hospitalares  
Municípios Fluminenses - 2006

Ordem	Município	Valor Total em R\$	%
1	Rio de Janeiro	191.097.071,04	39,47%
2	São Gonçalo	29.230.507,77	6,04%
3	Campos dos Goytacazes	27.453.073,31	5,67%
4	Niterói	21.601.684,88	4,46%
5	Petrópolis	20.375.938,48	4,21%
6	Itaperuna	19.826.535,23	4,10%
7	Nova Iguaçu	12.645.853,62	2,61%
8	São João de Meriti	11.434.149,69	2,36%
9	Cabo Frio	10.313.481,92	2,13%
10	Duque de Caxias	10.182.989,52	2,10%

Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS, Sistema de Informações Hospitalares - SIH/SUS

#### 5.3.4 Têxtil-Vestuário em Itaperuna

O SEBRAE/RJ identificou nove concentrações do setor têxtil-vestuário, no Estado do Rio de Janeiro, estando uma delas localizada em Itaperuna (SEBRAE/RJ). De acordo com o relatório do GEOR

“A Região Noroeste conta com 107 estabelecimentos ligados à atividade de confecção de moda, [...]. No setor predominam as pequenas e microempresas, com, aproximadamente, sete empregados por estabelecimento, destaca-se o município de Itaperuna por ser o único da região que possui uma empresa do ramo com mais de 50 trabalhadores” (SEBRAE/RJ-ICAM/Campos, 2008, pág.9).

Na Tabela 22, podemos observar a distribuição dos trabalhadores de acordo com o município onde estão instaladas as empresas.

Tabela 22  
Trabalhadores ativos segundo grupos de atividade em 31/12/2006 – região noroeste fluminense

Subsetor de atividade	Município								Total
	Italva	Itaperuna	L. do Muriaé	Miracema	Natividade	Porciúncula	Varre-Sai	Demais	
Confecção de vestuário e acessórios	26	665	14	40	1	29	0	146	<b>921</b>
Fabricação de malharia e tricotagem	0	4	0	0	0	0	0	10	<b>14</b>
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>669</b>	<b>14</b>	<b>40</b>	<b>1</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>156</b>	<b>935</b>

Fonte: RAIS (2006) in SEBRAE/RJ-ICAM/Campos (2008, pág. 8).

A adequação da produção ao mercado competitivo global tem impulsionado as organizações a buscar em adaptar-se para a exportação. De acordo como as informações da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), há duas empresas do setor têxtil-vestuário situadas em Itaperuna e uma em Bom Jesus do Itabapoana que, em 2006 e 2007, exportaram seus produtos.

#### 5.4 OS ESTUDOS DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN): DECISÃO RIO 2008-2010

O Decisão Rio é o resultado de uma pesquisa realizada, anualmente, pela Gerência de Infra-Estrutura e Novos Investimentos do Sistema FIRJAN. Consiste no levantamento das intenções de investimentos no Estado do Rio de Janeiro resultando no mapeamento dos mesmos visando oferecer informações às indústrias já instaladas em território fluminense que desejem ampliar seus negócios, assim como àquelas que planejam iniciar investimentos no RJ. Pretende-se que o referido estudo venha auxiliar no planejamento de ações públicas, além de prestar um serviço à

sociedade. O Decisão Rio 2008-2010 reúne o montante de mais de R\$ 107 bilhões em investimentos anunciados até o mês de julho de 2007 para o período em questão. A distribuição dos investimentos pode ser observada na Gráfico 2 (FIRJAN, 2007).

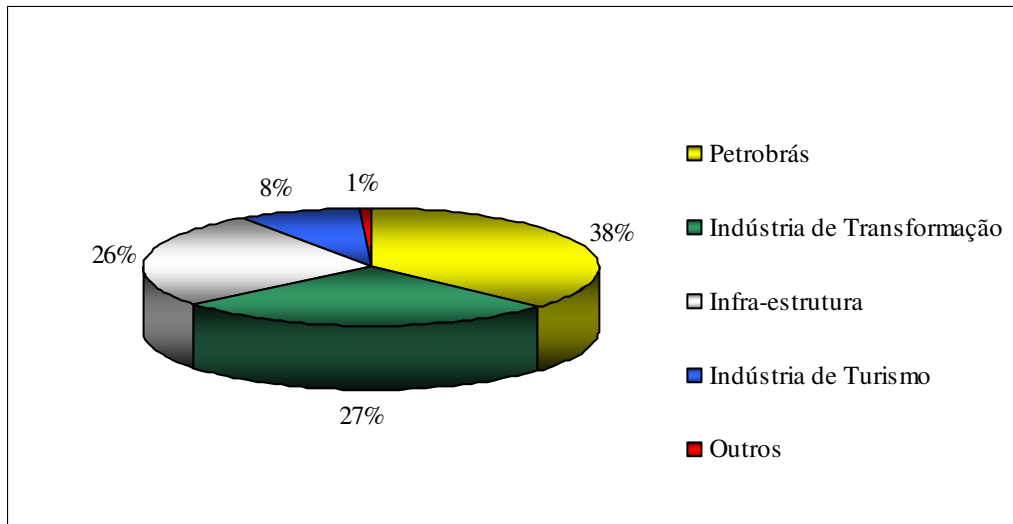


Gráfico 2: Investimentos Previstos 2008-2010  
Fonte: FIRJAN – Decisão Rio 2008-2010 (2007)

Acompanhando a distribuição da previsão de investimentos, por setor, o Decisão Rio mostra que aqueles ligados às indústrias correspondem a 65% do total previsto, englobando os investimentos da indústria de transformação e os da Petrobras. No que tange à indústria de transformação, o NOF será contemplado com um investimento – a Agroindústria Bom Jesus do Itabapoana (ABISA), em município de mesmo nome – que prevê um aporte no valor de 250 milhões de reais e apresenta-se entre os vinte maiores investimentos previstos para o setor ocupando a 14ª posição. A previsão é de que a usina de álcool entrará em operação em 2009 e gerará sete mil empregos diretos e indiretos (*Op. cit.*). A divisão dos investimentos, por região do Estado, encontra-se discriminada no Gráfico 3.

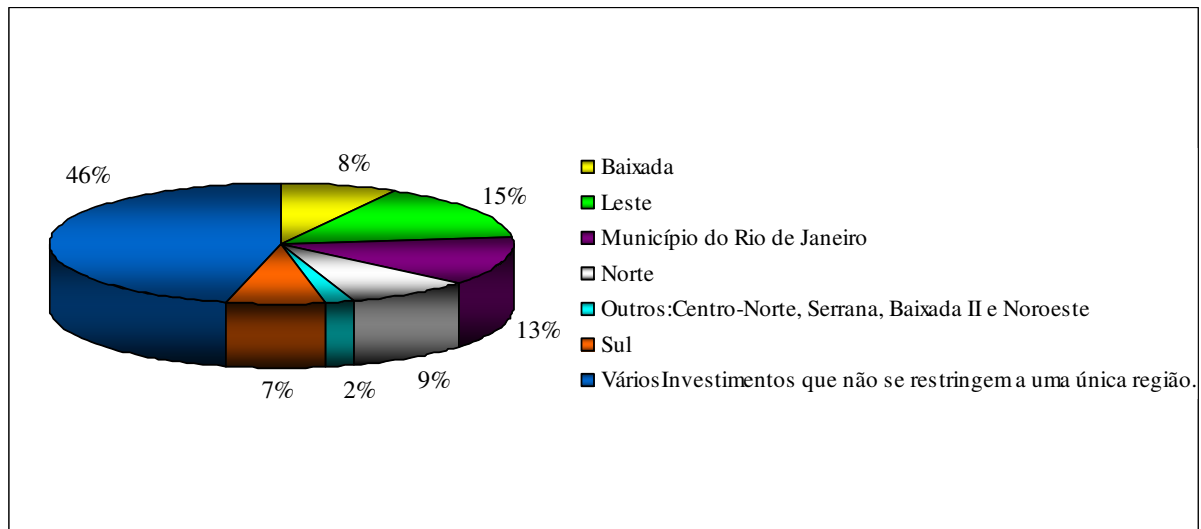


Gráfico 3: Investimentos Previstos – por Região do Estado  
 Fonte: FIRJAN – Decisão Rio 2008-2010 (2007)

Presume-se que a ABISA terá uma produção de 160 milhões de litros de álcool por safra e receita de R\$ 120 milhões no primeiro ano de atividade. O empreendimento está a cargo da empresa Benco Alta Tecnologia e Construções Ltda., devendo gerar 1,2 mil empregos diretos e 4,8 mil empregos indiretos nas lavouras de cana-de-açúcar e nas atividades de transporte e de comércio (*Op. cit.*).

A ABISA entrará em operação com venda antecipada para o mercado externo (Japão e China), devendo destinar de 20% a 30% de sua produção ao mercado interno. A FIRJAN alerta para oportunidades no fornecimento de máquinas, equipamentos e serviços durante a construção e operação da usina. Previu-se que as obras teriam início em 2008, contudo, tal fato não ocorreu. Entretanto, como parte do procedimento de licenciamento ambiental exigido pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) foi realizada, no dia 19 de maio de 2008, na Câmara Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, a audiência pública para a instalação da ABISA e a licença ambiental foi concedida pela FEEMA no dia 12 de agosto de 2008, sendo válida até 12 de agosto de 2010.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa revela que o quadro de estagnação econômica do NOF é recorrente e persistente. A região, que é sempre vista como agrícola por parte do governo estadual, encontra na prestação de serviços médicos e educacionais, na indústria de vestuário/têxtil, na extração de rochas ornamentais e na fabricação de peças fundidas de ferro e aço, uma oportunidade de sobrevivência, apontando para o total descaso dos governos estaduais pelas demandas da região.

Procuramos identificar algumas fragilidades do pensamento localista por meio da análise da utilização do planejamento como instrumento para a promoção do desenvolvimento. Percebemos que, nesta trajetória, o planejamento tem sido utilizado em diversos contextos e por atores que possuem ideais e ideologias diferentes. Contudo, as informações apresentadas neste trabalho mostram que não basta planejar, é fundamental comprometer-se com a aplicação do plano, ter competência para executá-lo e utilizar ferramentas que permitam, não só o controle, mas também a correção dos desvios.

Quanto às metodologias de desenvolvimento local, reconhecemos que podem identificar novas vocações, contudo, suas limitações mostram que, sem uma articulação entre as escalas (internacional, nacional, regional e local) correm o risco de fortalecer o discurso demagógico de representantes de instituições de classe e da iniciativa pública e privada.

Percebemos que o propósito da fusão de consolidar o RJ, como segundo pólo de desenvolvimento do país, foi afetado ao longo dos anos de 1980 pela crise que abalou o país e, notadamente, o RJ. Entretanto, na segunda metade da década de 1990 o RJ recupera-se, não como resultado da competência de seus gestores em

desenvolver e aplicar políticas de promoção do desenvolvimento, mas pela benesse da natureza que ofertou ao território fluminense um recurso escasso e, portanto valioso, o petróleo. Por sua vez, os Planos de Desenvolvimento Econômico e Social concebidos pelos governos do RJ, entre 1975 e 1987, visando alavancar o desenvolvimento; possibilitar à sociedade melhorar o seu nível de bem-estar social; aumentar o grau de integração entre as regiões; minimizar os desequilíbrios regionais existentes; e valorizar o potencial econômico e social não lograram êxito. O Rio de Janeiro, assim como o Brasil e o mundo, mantém-se desigual.

Constatamos que a Região de Governo Noroeste Fluminense (NOF) continua estagnada economicamente e que as administrações estaduais vêm tratando o NOF com total descaso ao longo dos últimos 30 anos. Permanece a visão, por parte dos governantes, de que a região tem uma “vocação agrícola”, apesar dos baixos índices de produtividade no campo; do  xodo rural e da elevada migra o da popula o para os grandes centros urbanos (principalmente a região metropolitana do RJ); dos sintomas de desertifica o; e de os pequenos focos dinâmicos regionais - representados pelos municípios de Santo Antônio de Pádua, com a extra o de rochas ornamentais; e de Itaperuna, destacando-se no setor de serviços médicos e educacionais - aflorarem em setores díspares aos da agropecuária.

Vimos que o Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro (2007/2010) contempla o NOF com apenas um programa, voltado   agricultura familiar, e que, a atual administra o estadual, recomenda o plantio do eucalipto na região, delegando totalmente a iniciativa privada a “promo o” desta cultura, sem oferecer, sequer, projetos de infra-estrutura que pudessem contribuir para o escoamento da produ o. Além disso, percebe-se que, mais uma vez, a orienta o estadual incentiva a monocultura, em detrimento da promo o de aço es que pudessem garantir a sobrevivência e a expansão de culturas ainda presentes no NOF, tais como, a de café, de tomate e de pecuária leiteira. Bem como fortalecer os demais segmentos que nunca foram contemplados pelos planos estaduais.

Os resultados das pesquisas realizadas pelas institui es abordadas no presente estudo (SEDEIS/RJ, CIDE, IPEA, SEBRAE/RJ e FIRJAN) mostram que as concentra es econômicas identificadas são incipientes e, portanto, insuficientes, para a promo o do desenvolvimento local. A explora o das oportunidades apresentadas não se constitui em uma vantagem competitiva capaz de mobilizar recursos e capital suficientes para incrementar a economia.



Para dinamizar a economia do NOF, é necessário, entre outras propostas, colocar em prática aquilo que tantas vezes foi planejado. Uma região estagnada é como uma empresa que não tem capital para investimento. Sendo assim, torna-se necessário oferecer crédito para produção. Como será possível sair da estagnação sem capital para investimento? Sem possuir uma infra-estrutura que dê suporte à produção? O que limita o desenvolvimento é justamente a falta de uma política pública (federal, estadual e municipal) comprometida com o mesmo. É a descontinuidade dos programas e projetos iniciados em uma gestão e abandonados na gestão seguinte. Além disso, apontamos para a fragilidade das iniciativas locais em promoverem, sozinhas, o “milagre do desenvolvimento local”. Desenvolvimento, não é apenas crescimento econômico, visto que a ampliação da atividade econômica não garante a melhoria das condições de vida da população.

Quanto às possibilidades de desenvolvimento para o NOF, rezeamos ter que delegar a tarefa de apontar possibilidades a pesquisas futuras. Os focos de dinamismo econômico e os ganhos sociais identificados até a presente data não são suficientes para reverter a estagnação. Segundo Sen (2000, pág. 28), “a lacuna entre uma concentração exclusiva na riqueza econômica e um enfoque mais amplo sobre a vida que podemos levar é uma questão fundamental na conceituação do desenvolvimento”. Mais que isto, a utilidade da riqueza está em permitir escolhas, ou seja, em permitir que sejamos livres (SEN, *Op. cit.*). Neste aspecto consideramos que o NOF tem sido privado de liberdade, pois como não tem riqueza não lhe é permitido escolher; como está estagnado, não há investimento, se não há investimento, permanece estagnado. Portanto, no cenário atual em que prevalecem os interesses dos grandes conglomerados econômicos, as demandas dos centros econômicos mundiais, e as decisões políticas pautam-se nos interesses individuais, em detrimento dos sociais, há grande probabilidade de o NOF permanecer estagnado.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Denysard O.; SAYAD, João. O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PEG) (1968-1970). In: MINDLIN LAFER, Betty (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

ARACRUZ CELULOSE. **Revista do Programa Produtor Florestal da Aracruz Celulose**. Ano III. Nº 14. Agosto de 2007. Disponível em <[www.aracruz.com.br](http://www.aracruz.com.br)> Acesso em 29 de julho de 2008.

BARRO, J. R. y X. SALA-I-MARCIN. Economic Growth. New York: McGraw Hill, 1995. In: Vazquez-Barquero VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Desarrollo endógeno y globalización**. *EURE (Santiago)*. [online]. dic. 2000, vol.26, no.79 [citado 05 Mayo 2008], p.47-65. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-716120000079000003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-716120000079000003&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 0250-7161.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

BRITTO, Jorge Nogueira de Paiva. **Arranjos Produtivos locais: perfil das concentrações de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004. v. 1. 254 p.

BUENO, Júlio César Carmo. **Pólos de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro**. XIX FÓRUM NACIONAL: Chegou a vez do Brasil? Oportunidade para a geração de brasileiros que nunca viu o País crescer (PAC e "Projeto"). 14 a 17 de maio de 2007.

CARVALHO, Ailton Mota de; SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva da. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes e NETO, Romeu e Silva (Organizadores). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. 364 p.

CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. Hierarquia urbana e qualidade de vida do Norte-Noroeste Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes e NETO, Romeu e Silva (Organizadores). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. 364 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

COSTA, Helder Gomes. A análise multicritério e a construção de indicadores para a classificação do desenvolvimento municipal. In: **Seminário Fluminense de Indicadores, 2**. Caderno de Textos. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 2000, p. 25-31.

CRUZ, José Luiz Vianna da. Os desafios na região brasileira do petróleo. In: CRUZ, José Luis Vianna da (Org.); ARAÚJO, Tânia Bacelar de; SCHREIBER, Waltraud

Maria et al. **Brasil, o desafio da diversidade**: experiência de desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005. 288 p.

\_\_\_\_\_. **PROJETOS NACIONAIS, ELITES LOCAIS E REGIONALISMO: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense**. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2003.

DANTAS, M. E.; SHINZATO, E.; MEDINA, A. I. de M.; SILVA, C. R. da; PIMENTEL, J.; LUMBRERAS, J. F.; CALDERANO, S. B.; CARVALHO FILHO, A. de. Diagnóstico geoambiental do Estado do Rio de Janeiro. In: CPRM. Serviço Geológico do Brasil. **Rio de Janeiro**: geologia, geomorfologia, geoquímica, geofísica, recursos minerais, economia mineral, hidrogeologia, estudos de chuvas intensas, solos, aptidão agrícola, uso e cobertura do solo, inventário de escorregamentos, diagnóstico geoambiental. Rio de Janeiro: CPRM: Embrapa Solos; [Niterói]: DRM-RJ, 2001. 1 CD-ROM. Contém texto e mapa color., escala 1:500.000. In: LUMBRERAS, José Francisco [et al.]. **Zoneamento agroecológico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2003. 113 p. - (Embrapa Solos. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento; n. 33)

DIÁLOGO FLORESTAL. Aberto o Fórum Florestal do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.dialogoflorestal.org.br/noticias/10/aberto-o-forum-florestal-do-rio-de-janeiro>> Acesso em 06 de outubro de 2008.

DINIZ, Dulce. **O Desenvolver de um município ITAPERUNA**: do germinar à frutificação. Rio de Janeiro: Damadá artes gráficas e editora Ltda.1985.

DUPAS, Gilberto. Os grandes desafios da economia globalizada. In: SACHS, I., WILHEIM, J. PINHEIRO, P. S. (Orgs.). **Brasil um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Cap. 15, p. 430-455.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). **Zoneamento agroecológico do Estado do Rio de Janeiro**. LUMBRERAS, José Francisco [et al.]. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2003. 113 p. - (Embrapa Solos. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento; n. 33)

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. p. 81-94.

FAURÉ, Yves-A; HASENCLEVER, Lia. (Orgs.). **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Cadastro Industrial do RJ–2006/2007**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2006-2007. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Decisão Rio 2008-2010. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2007. Disponível em <<http://www.firjan.org.br/decisaorio/>> Acesso em 10 de dezembro de 2007.

FERRER, Aldo. Historia de la globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996. In: VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Desarrollo endógeno y globalización**. *EURE (Santiago)*. [online]. dic. 2000, vol.26, no.79 [citado 05 Mayo 2008], p.47-65. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612000007900003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007900003&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 0250-7161.

Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE). **Rio de Janeiro em Dados – 2006**. Disponível em <<http://200.156.34.70/cide/download/RiodeJaneiroemDados.pdf>> Acesso em 22 de fevereiro de 2007

\_\_\_\_\_. **Banco de Dados Municipais**. Disponível em <[http://www.cide.rj.gov.br/cide/banco\\_municipais.php](http://www.cide.rj.gov.br/cide/banco_municipais.php)> Acesso em 05 de abril de 2008.

\_\_\_\_\_. **Índice de Qualidade dos Municípios**. Disponível em <<http://www.cide.rj.gov.br/cide/secao.php?secao=8>> Acesso em 19 de maio de 2008.

Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). Disponível em <[www.feema.rj.gov.br](http://www.feema.rj.gov.br)> Acesso em 30 de agosto de 2008.

GALVÃO, Maria do Carmo (coordenadora). **Breve Histórico da Ocupação do Território Fluminense: período república**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia do Instituto de Geociência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através de Convênio celebrado entre a SEAF e a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB). 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1995. p. 49-76.

Governo do Estado do Rio de Janeiro. I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro 1976-1979. Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro 1980-1983. Rio de Janeiro, 1979.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro 1984-1987. Rio de Janeiro, 1983.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro 1988-1991. Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. Plano Estratégico do Rio de Janeiro 2007-2010. Rio de Janeiro, 2007.

GREMAUD, Amaury; PIRES, Júlio Manuel<sup>a</sup>. “Metas e Bases” e I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1970 – 1974). In: KON, Anita (Org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1999. p. 41-66.

GREMAUD, Amaury; PIRES, Júlio Manuel<sup>b</sup>. II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979). In: KON, Anita (Org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1999. p. 67-103.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 20 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Estados**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>> Acesso em 23 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. **População e Domicílios - Censo 2000 - Resultados da amostra**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=amostra&titulo=Popula%20e%20Domic%20lios%20-%20Censo%202000%20-%20Resultados%20da%20amostra>> Acesso em 23 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Tabelas Censo 2000**. Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2000/Dados\\_do\\_Universo/Brasil/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Brasil/)> Acesso em 23 de fevereiro de 2007.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **EDUDATABRASIL - Sistema de Estatísticas Educacionais**. Disponível em <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)> Acesso em 04 de setembro de 2008.

KON, Anita (Org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1999.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: MINDLIN LAFER, Betty (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Oxford, UK: Blackwell Publishers Inc. 1997. In: CRUZ, José Luiz Vianna da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no norte fluminense**. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2003.

LEI N.º 5067 de 09 de julho de 2007. Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio de Janeiro e definido critérios para a implantação da atividade de silvicultura econômica no Estado do Rio de Janeiro.

LEITE GLÓRIA. Disponível em  
<[http://www.parmalat.com.br/pls/portal/url/page/gloria/quem\\_somos](http://www.parmalat.com.br/pls/portal/url/page/gloria/quem_somos)> Acesso em 22 de junho de 2007.

LOPES, Rodrigo. Planejamento estratégico das cidades. In: **Cidade Internacional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 75-101.

LUMBRERAS, José Francisco [et al.]. **Zoneamento agroecológico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2003. 113 p. - (Embrapa Solos. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento; n. 33)

MACEDO, Roberto B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômica e Social (1963-1965). In: MINDLIN LAFER, Betty (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (org.). **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. 252p.

MARAFON, Gláucio José [et. al.]. **Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica**. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

MARTONE, Celso L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966). In: MINDLIN LAFER, Betty (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MINDLIN LAFER, Betty (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: DATASUS, Sistema de Informações Hospitalares - SIH/SUS. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rj.htm>> Acesso em 04 de setembro de 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em  
<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/arrProLocais/arrProLocais.php>> Acesso em 09 de julho de 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. 2006. Disponível em <<https://sgt.caged.gov.br/SGTInt.dll/fsmMain>> Acesso em 27 de setembro de 2008.

NEVES, Delma Pessanha. Norte Fluminense: índices de pobreza e reivindicações políticas. In: **Revista Rio de Janeiro**. N.º 18-19. Rio de Janeiro: UERJ/OUERJ/Fórum-Rio. 2006, p. 9-38.

PESAGRO. Estação Experimental de Itaocara. Disponível em  
<<http://www.pesagro.rj.gov.br/>> Acesso em 10 de julho de 2007.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIQUET, Rosélia; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Empresas e empresários do Norte Fluminense: uma análise qualitativa. In: PIQUET, Rosélia e SERRA, Rodrigo (Org.). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 267-288.

O GLOBO. Primeiro Caderno. **Meio Ambiente: faltam recursos e pessoal qualificado para cuidar dos parques e áreas de preservação no Estado do Rio**. 14 de junho de 1998.

\_\_\_\_\_. 30 Anos de Fusão. O agreste fluminense, uma região em que o tempo parou. 15 de março de 2005.

OLIVEIRA, Alberto de; NATAL, Jorge Luis Alves. Crescimento Econômico, Desigualdade e Condições de Vida – Estudo do Interior Fluminense nos Anos 90. **Espacio Abierto**. Ano/Vol. 13, n.º 004. Maracaíbo, Venezuela: Asociación Venezolana de Sociología. Outubro/Dezembro, 2004, p. 533-565.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p. Disponível em:<<http://www.polis.org.br/download/46.pdf>> Acesso em 10 de março de 2008.

REDESIST . Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. Disponível em <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora Hucitec. 1998.

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. **Município, descentralização e território**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. **Revista do Bando de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. V. 11, N.º 22. Rio de Janeiro: BNDES, Dez., 2004. p. 151-179.

SARAÇA, Carlos Eduardo et. al. A propósito de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Economia Fluminense**. N.º 6. Fundação CIDE, julho de 2007, p. 18-27.

SEBRAE/RJ. **Arranjos produtivos locais e concentrações de atividades**. Disponível em <<http://www.sebraerj.com.br/>> Acesso em 07 de julho de 2007.

SEBRAE/RJ-ICAM/Campos. **Relatório Final do Projeto Gestão Estratégica Orientada para Resultados : APL de Rochas Ornamentais de Santo Antônio de Pádua**. Rio de Janeiro, maio de 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final do Projeto Gestão Estratégica Orientada para Resultados : APL de Rochas Ornamentais de Santo Antônio de Pádua**. Rio de Janeiro, dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final do Projeto Gestão Estratégica Orientada para Resultados : Confeção de Moda Íntima Noite na Região Noroeste.** Rio de Janeiro, maio de 2008.

SECEX. Disponível em <<http://www.secex.gov.br>>

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Programa Prosperar. Disponível em <[http://www.agricultura.rj.gov.br/prosperar\\_prog.asp](http://www.agricultura.rj.gov.br/prosperar_prog.asp)> Acesso em 10 de julho de 2007.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS (SEDEIS/RJ). Disponível em <<http://www.sedeis.rj.gov.br>> Acesso em 30 de agosto de 2008.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.rj.gov.br>> Acesso em 10 de julho de 2007.

SEN, Amartya Kumar. A perspectiva da liberdade. In: **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta: revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 27-50.

SUZIGAN, Wilson. **Identificação, Mapeamento e Caracterização Estrutural de Arranjos Produtivos Locais no Brasil.** Relatório Consolidado de Pesquisa IPEA, 2006.

TECNORTE. Disponível em <<http://www.tecnorte.rj.gov.br/index.php?arquivo=historia.html>> Acesso em 10 de julho de 2007.

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). **Perfil dos Municípios do Estado.** Disponível em <<http://www.tce.rj.gov.br/main.asp?Team={AB337EB7-3050-4E5A-8A2F-ECFCAD19071E}>> Acesso em 05 de abril de 2008.

VAINER, Carlos. B. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** Cadernos IPPUR, ano XVI, nº1, Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade, jan.-jul., 2002, p. 13-32, número especial.

VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Desarrollo endógeno y globalización.** *EURE (Santiago)*. [online]. dic. 2000, vol.26, no.79 [citado 05 Mayo 2008], p.47-65. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612000007900003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007900003&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 0250-7161.